III – ACÓRDÃO

Processo	- TC/008452/2021 (Apensados: TC/005886/2021 e TC/006421/2021)
Auditada	- Secretaria Municipal de Educação
Objeto	- Auditoria Programada – Função de Governo – Educação – Avaliar a Função de Governo com base nos resultados alcançados no exercício 2020

3.188ª Sessão Extraordinária

AUDITORIA PROGRAMADA. EXERCÍCIO 2020. SME. Função de Governo Educação. 1. Período de pandemia. 2. Orçamento para a Função Educação foi liquidado em 77,9% da LOA. 3. Programas de governo com maior aplicação, desenvolvimento e manutenção da educação, e apoio ao aluno. 4. Aumento de matrículas no Ensino Fundamental, provável efeito da pandemia e da crise econômica, migração de alunos da Rede Privada para a Rede Pública. 5. A demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015. Lei 9.394/96. 6. Aumento da participação dos convênios na Educação Infantil, representando riscos fiscais em Despesas com Pessoal. 7. Número de docentes contratados vem sofrendo aumento, enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda. 8. A falta de professores leva alunos a não terem garantido o seu direito à aprendizagem. 9. É estratégico o acompanhamento dos efeitos da pandemia na Educação, partindo-se do pressuposto de que há perdas expressivas de aprendizagem a serem mensuradas. 10. Não apresentados dados dos indicadores relativos à Educação Básica. Lei Mun. 14.173/06. CONHECIDA. RECOMENDAÇÕES. DETERMINAÇÕES. 1. Cumpra o determinado pela Lei 9.394/96 em relação ao atendimento de pré-escola. 2. Apresente diagnóstico sobre a evasão escolar, identificando se os alunos que estavam matriculados na Rede ao final de 2019 permanecem matriculados e se estão frequentando as aulas. 3. Apresente um plano de ação para busca ativa de alunos com ações específicas e adequadas à idade e aos motivos que levaram à evasão. 4. Apresente diagnóstico da aprendizagem de todos os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, incluindo aspectos socioemocionais. 5. Apresente plano de recuperação e melhoria das aprendizagens de todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio. Reiteradas DETERMINAÇÕES de exercícios anteriores. Votação unânime.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, relativos à Função de Governo – Educação – exercício 2020, dos quais é Relator o Conselheiro MAURÍCIO FARIA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, considerando que a presente auditoria relativa ao exercício 2020 da Função Educação cumpriu a sua finalidade, em conhecer e registrar os resultados alcançados no processo examinado.

ACORDAM, ainda, à unanimidade, em acolher as propostas de recomendações da Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte.

ACORDAM, à unanimidade, em reiterar as determinações de exercícios anteriores que se encontram pendentes de atendimento.

ACORDAM, também, à unanimidade, em determinar à Secretaria Municipal de Educação que:

1 - Cumpra imediatamente o determinado pela Lei Federal 9.394/96 em relação ao atendimento de pré-escola;

2 - Apresente no **prazo de 30 (trinta) dias** um diagnóstico sobre a evasão escolar, identificando se os alunos que estavam matriculados na Rede ao final de 2019 permanecem matriculados e se estão frequentando as aulas;

3 - Apresente no **prazo de 30 (trinta) dias** um plano de ação para busca ativa de alunos com ações específicas e adequadas à idade dos alunos e aos motivos que levaram à evasão;

4 - Apresente no **prazo de 30 (trinta) dias** um diagnóstico da aprendizagem de todos os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, incluindo aspectos socioemocionais;

5 - Apresente no **prazo de 30 (trinta) dias** um plano de recuperação e melhoria das aprendizagens de todos os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio adequado à faixa etária e às condições dos estudantes.

Presente o Procurador-Chefe da Fazenda ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 1º de dezembro de 2021.

JOÃO ANTONIO – Presidente
MAURÍCIO FARIA – Relator
DOMINGOS DISSEI – Revisor
ROBERTO BRAGUIM – Conselheiro
EDUARDO TUMA – Conselheiro

/lsr

JULGAMENTO DA FUNÇÃO DE GOVERNO – EDUCAÇÃO – 2020

Processo:	**TC/008452/2021**
Interessada:	Secretaria Municipal de Educação (SME)
Objeto:	Função de Governo – Educação – Exercício 2020
Relator:	Conselheiro Maurício Faria

Sumário

I – RELATÓRIO DE AUDITORIA PROGRAMADA 2

II – RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA 50

III – ACÓRDÃO 73

Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

I – RELATÓRIO DE AUDITORIA PROGRAMADA

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE FUNÇÃO DE GOVERNO

1. ORDEM DE SERVIÇO

Nº 2020/05729

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Objeto

FUNÇÃO DE GOVERNO - EDUCAÇÃO

2.2. Objetivo

Avaliar a função de governo com base nos resultados alcançados nas auditorias realizadas relativas ao exercício de 2020.

2.3. Unidade Fiscalizada

Secretaria Municipal de Educação (SME).

2.4. Período de Realização

25.05.2021 a 21.06.2021

2.5. Período de Abrangência

Exercício de 2020.

2.6. Equipe Técnica

Fábio Oliveira Santos TC 20.174

2.7. Procedimentos

- Identificar e levantar a realização em 2020 das metas financeiras do PPA 2018-2021 dos principais programas de governo/projeto atividade;
- Identificar e levantar a execução orçamentária (LOA) em 2020 dos principais programas de governo/projeto atividade;
- Identificar as fiscalizações realizadas em 2020, selecionando as que mostrem deficiências e oportunidades de melhoria na gestão do programa, projetos e atividades;
- Efetuar resumo dos principais achados de auditoria de acordo com os projetos/atividades;
- Identificar e selecionar os indicadores de desempenho da educação;
- Apresentar as metas referentes à educação e os resultados alcançados no relatório do programa de metas 2019-2020;
- Apresentar e analisar dados sobre o dimensionamento da rede municipal de ensino;
- Apresentar os dados sobre as despesas e o cálculo do custo aluno.

2.8. Siglas

CCI	Centro de Convivência Infantil
Ceci	Centro de Educação Cultural Indígena
CEI	Centro de Educação Infantil
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CEU	Centro Educacional Unificado
Cieja	Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos
Cips	Centro Infantil de Proteção à Saúde
CMCT	Centro Municipal de Capacitação e Treinamento
DRE	Diretoria Regional de Educação
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos

EM	Ensino Médio
EMEBS	Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos
Emee	Escola Municipal de Educação Especial
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEFM	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EOL	Escola On line
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idep	Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana
IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal 9.394/96)
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
Mova	Movimento de Alfabetização
MPLS	Multiprotocol Label Switching
NAAPA	Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem
NTA	Núcleo Técnico de Avaliação
PA	Processo administrativo
PAE	Programa de Alimentação Escolar
PED	Programa de Especialização Docente
PME	Plano Municipal de Educação
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
POA	Professor Orientador de Área
PPA	Plano Plurianual
PVE	Programa de visita às escolas
RME	Rede Municipal de Ensino
RME-SP	Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo
SEI	Sistema eletrônico de informações
SGP	Sistema de Gestão de Pessoas
SME	Secretaria Municipal de Educação
SSG	Subsecretaria Geral
TEG	Transporte Escolar Gratuito
Wi-Fi	Wireless Fidelity

3. RESUMO

Em dezembro de 2020, a Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade de São Paulo contava com 4.003 unidades de ensino (eram 3.994 em 2019), sendo 38,3% da rede direta e 61,7% da rede parceira. Isso representa acréscimo de 1,5% na quantidade de unidades escolares.

Na Educação Infantil, houve aumento de 70 unidades escolares (+2,30%) em relação ao fim de 2019, quase todas da rede parceira, sendo 16 da direta (EMEIS e CEMEIS). Houve o aumento de uma unidade de Ensino Fundamental e não houve alteração na quantidade de estabelecimentos de Ensino Médio de 2019 para 2020.

A demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015, excetuada a demanda de pré-escola, que teve aumento de 2018 para 2019, mas voltou a cair em 2020. Em 2020 foram criadas mais de 37 mil vagas em creches, o que ocasionou a queda na demanda não atendida de 9.670 em 2019 para 649 em 2020 (menor nível da série histórica).

A demanda reprimida na Pré-Escola da RME-SP atingiu seu menor nível no final de 2020, com déficit de 20 vagas. Embora baixo, ainda não permite concluir que está sendo atendida integralmente a garantia prevista na Lei Federal nº 9.394/96 e na Constituição Federal.

A SME possuía, em dezembro de 2020, 1.089.011 alunos matriculados em sua rede de ensino (eram 1.045.474 em 2019), sendo 56,15% na Educação Infantil e 38,34% no Ensino Fundamental, correspondendo juntos a 94,48% das matrículas da RME. Isso indica que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental estão sendo priorizados no âmbito municipal, em consonância com os dispositivos da Constituição Federal e da LDB.

Em 2020, houve aumento de 2.221 matrículas no Ensino Fundamental (+0,53%) em relação a 2019, e aumento de 37.228 matrículas na Educação Infantil (+6,48%), sendo 19.269 na rede parceira e 17.959 na rede direta. A variação segue tendência existente desde 2015, com aumento de alunos na Educação Infantil, especialmente na rede parceira, e um discreto aumento nas matrículas de Ensino Fundamental.

As matrículas em creche aumentaram substancialmente em 2020 em relação a 2015 (114.775 novas matrículas realizadas, ou seja, incremento de 40,01%), sendo o crescimento da rede parceira 17 vezes maior do que na rede direta nesse período. Com relação a 2019, o incremento em 2020 foi de 25.069 novas matrículas (+6,68%).

Houve pequeno aumento no número de servidores de 2019 para 2020 (passou de 76.025 para 76.122) ocasionado principalmente pelo aumento no número de docentes contratados, que saltou de 487 em 2019 para 1.611 em 2020 (230,8% a mais). O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018 enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período.

Quanto aos cargos de apoio à educação, de 2019 para 2020, houve queda de 1,25% (passou de 13.245 para 13.081). A diminuição nos cargos de apoio à educação pode ser observada em todos os anos desde 2015 (redução de 2.887 cargos no período).

A Prova e a Provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de Covid-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais. De maneira não substitutiva, foi realizada em 2020 uma avaliação diagnóstica, denominada Prova Diagnóstica São Paulo, totalmente digital, com o intuito de avaliar o aprendizado dos estudantes durante o período de isolamento social. Porém, os resultados da Prova Diagnóstica realizada em 2020 não permitem correlação com os dados de desempenho disponíveis de anos anteriores, prejudicando a análise do indicador do "Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo".

Pode-se inferir que o advento da Pandemia da COVID-19 não afetou significativamente a

curva de evolução do número de escolas, de demanda reprimida, ou de matrículas, uma vez que as restrições ao funcionamento das escolas foram anunciadas apenas em meados de março, portanto após o início do ano letivo.
A SME não apresentou dados de 2020 dos indicadores relativos à Educação Básica estabelecidos na Lei Municipal nº 14.173/2006, o que prejudicou a análise do exercício. Ressalte-se que, com isso, resultados de indicadores importantes, que poderiam refletir a influência da Pandemia da COVID-19 no ano de 2020, não foram analisados, como por exemplo: (I) nível de evasão escolar, (II) nível de alfabetização na faixa etária, (III) nível de repetência dos alunos e, principalmente, (IV) desempenho apurado no Sistema de Avaliação dos Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Sobre o Programa de Metas, verificou-se que não foi atendida a meta 21.1, de atingir 6,5 no IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A nota alcançada foi 6,0. Também não foi atendida a meta 21.2, de atingir 5,8 no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental. A nota alcançada foi 4,8.

A iniciativa 21.a, de garantir a alfabetização de 95% dos estudantes da Rede Municipal de Ensino até o 2º ano do ensino fundamental, não foi atendida, com resultado de 92%, segundo dados de 2019. Os dados do exercício 2020 não foram fornecidos, pela impossibilidade de aferição em decorrência da Pandemia de COVID-19.

A Iniciativa 21.b, de garantir que 95% dos estudantes do ensino fundamental alcancem, no mínimo, o nível de proficiência básico na Prova Brasil, resultou em percentuais inferiores ao previsto, conforme dados de 2019.

A Pandemia de COVID-19 além de prejudicar a realização da iniciativa 21.a, também impediu a realização da Prova e da Provinha São Paulo, o que terá impacto na realização da iniciativa 21.c, que trata do uso dos resultados das avaliações externas como subsídio ao planejamento pedagógico das unidades educacionais e das DREs, no exercício de 2021.

Houve baixa participação dos alunos na Prova Diagnóstica, realizada em novembro/dezembro de 2020, e não houve elaboração do relatório com as estimativas das proficiências da prova, tendo em vista que a SME não conseguiu relacionar os resultados da Prova Diagnóstica com as escalas da Prova São Paulo.

Quanto à recuperação de aprendizagem, foram mapeados pela SME estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma Google Sala de Aula ou que não utilizaram o material "Trilhas de Aprendizagem". Os resultados da avaliação diagnóstica realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do PAP, bem como para todo o plano de ação da escola, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua. Porém, de acordo com a SME o agravamento da pandemia prejudicou o projeto de recuperação de férias, que ficou aquém de suas expectativas.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda está em fase de planejamento para implantação de ferramentas de busca ativa escolar.

4. FUNÇÃO EDUCAÇÃO 2020

4.1. Introdução

A Constituição Federal[1] estabelece que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos profissionais da educação são algumas das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE)[2].

A função educação deve ser exercida em consonância com a Constituição Federal, com os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com as diretrizes do PNE e do Plano Plurianual (PPA) de 2018-2021[3].

[1] Art. 205 da Constituição Federal.
[2] LF 13.005/2014.
[3] LF 9.394/1996 (LDB) e LM 16.773/2017 (PPA)

A rede municipal de ensino de São Paulo (RME-SP) atende a cerca de 1 milhão de alunos nas suas 4 mil escolas, contando com 61,2 mil profissionais do magistério, atuando, principalmente, na educação infantil e no ensino fundamental.

O Quadro 1 apresenta as metas financeiras definidas no Plano Plurianual 2018-2021, bem como o percentual executado no exercício de 2020.

Em 2020, constata-se o empenhamento de 92,2% dos recursos previstos para o principal programa de governo da função Educação (desenvolvimento e manutenção da educação):

Quadro 1 - Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 (Em R$ milhões)

Programa	2018		2019		2020		2021	Total (2018-2021)	
	Plan.	Emp.%	Plan.	Emp.%	Plan.	Emp.%	Plan.	Plan.	Emp.%
3010 - Desenvolvimento e manutenção da educação	9.993	101,9%	10.727	104,0%	11.590	92,2%	12.279	44.588	71,8%
Outros	1.238	94,2%	1.275	80,5%	1.325	115,8%	1.377	5.216	71%
Total da função	**11.231**	**101,1%**	**12.002**	**101,5%**	**12.915**	**94,6%**	**13.656**	**49.804**	**71,8%**

Fonte: Planejado: PPA 2018-2021 - Lei Municipal nº 16.773/17. Empenhado: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 02/06/21. Programas de Governo que compõe a linha "Outros": 3025 - Apoio a escola e ao aluno; 3026 - Acesso a educação e qualidade do ensino – formação, avaliação e aprimoramento do ensino.

O orçamento para a função Educação previu despesas no valor de R$ 13,4 bilhões para 2020, sendo que foram liquidados R$ 10,5 bilhões. O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária dos programas de governo relativos à função Educação em 2020:

Quadro 2 – Despesas de 2020 Em R$ milhões

Programa	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
3010 - Desenvolvimento e manutenção da educação	12.050	11.167	10.684	9.672	80,3%
Outros	1.365	1.682	1.535	779	57,1%
Total	**13.415**	**12.849**	**12.219**	**10.451**	**77,9%**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 02/06/21. Programas de Governo que compõe a linha "Outros": 3025 - Apoio a escola e ao aluno; 3026 - Acesso a educação e qualidade do ensino – formação, avaliação e aprimoramento do ensino.

A análise da execução orçamentária em 2020 revela que foram executados 77,9% da LOA aprovada, principalmente no programa "Desenvolvimento e manutenção da educação".

4.2. Programas de governo

Os programas de governo com maior aplicação de recursos na função educação foram: 3010 - Desenvolvimento e manutenção da educação, com R$ 10,7 bilhões empenhados e 3025 - Apoio ao aluno, com R$ 1,4 bilhão empenhado, representando 89,5% dos recursos empenhados na função educação.

Quadro 3 - LOA 2020 – Programa 3010 – Projetos/Atividades Em R$ milhões

Projeto/atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
Remuneração dos Profissionais do Magistério	**4.667**	**5.073**	**4.985**	**4.722**	**101,2%**
2856 - Centro de Educação Infantil (CEI)	984	1.075	1.075	1.014	103,1%
2857 - Ensino Fundamental	2.255	2.530	2.530	2.400	106,4%
2858 - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	1.379	1.416	1.335	1.266	91,8%
2877 - Centro Municipal de Educação Infantil(CEMEI)	49	52	45	42	85,6%
Manutenção e Operação de Unidades Escolares	**6.299**	**5.016**	**4.921**	**4.285**	**68,0%**
2828 - Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)	2.795	2.462	2.403	2.080	74,4%
2826 - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	1.437	1.093	1.065	945	65,8%
4362 - Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	845	636	635	556	65,8%
4360 - Centros de Educação Infantil (CEI)	546	378	376	326	59,7%
4364 - Centros Educacionais Unificados (CEU)	394	281	279	231	58,6%
Outras Unidades Educacionais	281	165	162	146	52,1%
Construção de Unidades Educacionais	**235**	**236**	**202**	**191**	**81,0%**
3363 - Centros Educacionais Unificados (CEU)	133	163	158	150	113,2%
3359 - Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	72	58	28	27	37,9%
Outros	30	16	16	13	42,2%
Outros Projetos/Atividades	**849**	**842**	**576**	**475**	**55,9%**
Total	**12.050**	**11.167**	**10.684**	**9.672**	**80,3%**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 02/06/21.

Destaca-se que a execução (liquidado) relativa à remuneração dos profissionais do magistério atingiu 101,2% do orçado inicialmente, que a execução relativa à manutenção e operação de unidades educacionais foi de 68,0% do orçado e que a execução relativa à construção de unidades educacionais, atingiu 81,0% do orçado inicialmente.

Quadro 4 - LOA 2020 – Programa 3025 – Projetos/Atividades Em R$ milhões

Projeto/Atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
6553 - Alimentação Escolar	653	805	716	535	81,9%
2850 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	141	86	85	78	55,4%
2873 - Leve-Leite	74	73	73	52	70,9%

2849 - Transporte Escolar - Educação Infantil	82	50	49	46	55,5%
2801 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/ FNDE	133	133	77	19	14,4%
2848 - Transporte Escolar - Educação Especial	33	21	20	19	56,9%
2816 – Forn. de Uniformes e Material Escolar-Ensino Fundamental	82	237	237	2	2,9%
2815 – Forn. de Uniformes e Material Escolar-Educação Infantil	70	140	140	1	1,5%
2390 - Leve Leite fase II	16	0	0	0	0,0%
Total	**1.285**	**1.543**	**1.397**	**753**	**58,6%**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 02/06/21.

Os projetos/atividades do programa 3025 – Apoio ao aluno tiveram uma execução geral de 58,6%.

4.2.1. Desenvolvimento e Manutenção da Educação

O programa tem como objetivos principais:

a) garantir condições adequadas de funcionamento das unidades educacionais, contemplando desde o espaço físico, mobiliários, fortalecimento da gestão escolar, remuneração dos profissionais da educação e respeito às normas de acessibilidade e segurança, limpeza;

b) ampliar o acesso na primeira etapa da educação infantil (creche) priorizando o atendimento nas regiões com maior vulnerabilidade social do município e ampliar a jornada escolar para a permanência de alunos em tempo integral;

c) garantir o atendimento especializado, sempre que necessário, para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No quadro a seguir estão listados os projetos/atividades mais relevantes com as metas estabelecidas no PPA 2018-2021:

Quadro 5 - Programa 3010 – Desenvolvimento e Manutenção da Educação Em R$ milhões

Projeto/atividade	Financeiro		
	Planejado	Liquidado	Realizado (%)
Remuneração dos Profissionais do Magistério			
2856 - Centro de Educação Infantil (CEI)	820	1.014,14	123,6%
2857 - Ensino Fundamental	2.410,34	2.400,41	99,6%
2858 - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	1.075,51	1.307,46	121,6%
2877 - Centro Municipal de Educação Infantil(CEMEI)			
Manutenção e Operação de Unidades Escolares			
2828 - Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)	2.728,18	2.080,00	76,2%
2826 - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	1.495,30	945,08	63,2%
4362 - Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	1.044,86	556,03	53,2%
Construção de Unidades Educacionais			
3363 - Centros Educacionais Unificados (CEU)	1.000,00	150.462.991,86	-
3359 - Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	191.089.175,00	27.457.508,77	14,4%

Fonte: Financeiro – Planejado: PPA 2018-2021; Realizado (liquidado): Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 02/06/21.

Remuneração dos profissionais do magistério

Em dezembro de 2020 a SME apresentava o seguinte quadro de profissionais do magistério:

Quadro 6 - Profissionais do Magistério Municipal em dez/2020

UNIDADES EDUCACIONAIS	Número de Professores
Centro de Educação infantil (CEI)	12.020
Educação Infantil (EI)	15.931
Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI)	860
Ensino Fundamental (EF)	32.366
Total	**61.177**

Fonte: Peça 29, pg. 3.

No exercício de 2020 a realização geral da meta física da remuneração dos profissionais foi de 107,5% e a execução financeira atingiu 109,7% do planejado no PPA.

Manutenção e operação de unidades educacionais

Em que pese o baixo percentual de realização das metas financeiras, a SME atingiu o menor valor de demanda reprimida registrado nos últimos anos.

Ao final de 2020 ainda existia uma demanda reprimida na Educação Infantil de 669 vagas (649 para creches e 20 para pré-escola, conforme abordado no item **4.2.4.2.2**), frente a uma demanda de 9.785 em 2019.

Construção de unidades educacionais

Conforme informado por SME, em 2020 foram construídas 20 unidades educacionais, sendo 12 CEUs, 5 CEIs, 2 CEMEIs e uma EMEF, sendo que um CEI foi construído em forma de contrapartida municipal.

Uma vez que as metas físicas do PPA em 2019 para construção de CEI, CEU, EMEI/CEMEI e EMEF eram de uma unidade para cada tipo, não houve cumprimento da meta para EMEI. Porém, a construção de CEUs foi bem acima da meta estipulada.

4.2.2. Apoio ao aluno

O objetivo do programa é proporcionar condições de acesso e permanência na Rede Municipal de Ensino a todos os estudantes, independente de classe social e local de moradia, por meio de programas de apoio ao aluno e às famílias, tais como alimentação escolar, leve leite, transporte escolar e fornecimento de material e uniforme escolar.

No quadro a seguir estão listados os principais projetos/atividades:

Quadro 7 - Programa 3025 – Apoio ao Aluno — Em R$ milhões

Projeto/Atividade	Planejado	Liquidado	Realizado %
6553 - Alimentação Escolar	629	535	85,1%
2801 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/ FNDE	138	19	13,9%
2816 - Fornecimento de Uniformes e Material Escolar-Ensino Fundamental	93	2	2,5%
2815 - Fornecimento de Uniformes e Material Escolar-Educação Infantil	50	1	2,1%

Fonte: Financeiro – Planejado: PPA 2018-2021; Realizado (liquidado): Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 02/06/21. Obs: Os números utilizados para quantificar a realização física das metas relacionadas ao programa 3025 são vagos (não define qual o número exato para cada projeto), não permitindo a adequada mensuração pela auditoria.

Alimentação escolar

O Programa de Alimentação Escolar (PAE) tem como objetivo oferecer a todos os alunos atendidos uma merenda escolar de qualidade, assegurando a melhoria nas condições de saúde, bem como do processo de ensino e aprendizagem.

Para atendimento dessa demanda são utilizadas quatro formas de gestão: direta (alimentos e mão de obra da PMSP), mista (alimentos da PMSP e mão de obra terceirizada), terceirizada (alimentos e mão de obra terceirizados) e atendimento em parceria (alimentos da PMSP e mão de obra da parceira).

Em 2020 foram liquidados R$ 535 milhões (85,1% do planejado no PPA) no programa, com um total de 229 toneladas de pães e bolos entregues, 4,4 mil toneladas de alimentos não perecíveis e 11,4 mil toneladas de FLVO.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Os recursos federais são distribuídos aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que em 2020 obteve recursos repassados pelo FNDE no total de R$ 142,8 milhões.

Conforme estabelece o artigo 14 da Lei Federal nº. 11.947/2009, “do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.” Para a PMSP, esse percentual corresponde a R$ 42,9 milhões em 2020.

O programa foi implantado em 2010 e desde sua implantação, até o ano de 2019, não houve a aplicação dos 30% dos recursos na agricultura familiar. A movimentação dos recursos que deveriam ser destinados à Agricultura Familiar é demonstrada no quadro a seguir.

Quadro 8 - Agricultura familiar – recursos recebidos x aplicados Em R$ milhões

Exercício	Recursos que deveriam ser destinados para a agricultura familiar (=30% do total de recursos repassados para o PNAE)	Despesa efetivamente realizada (empenhado)
2010	21,7	-
2011	18,5	-
2012	23,2	0,5
2013	28,4	6
2014	29,9	16
2015	34,2	26,9
2016	22,3	12,3
2017	34,8	15,7
2018	28,8	24,9
2019	37,8	29,9
2020	42,9	64,4

Fonte: Relatório de Função 2019 (TC 006728/2020), e peça 30, fls. 1/4 (protocolo 010130/2021).

Para 2020, o valor empenhado de R$ 64,4 milhões correspondeu a 45% do total de recursos recebidos, valor acima do percentual estabelecido.

Destaque para o expressivo volume de empenhos realizados em dezembro de 2020 (peça 30, fl. 3).

Uniformes e material escolar

O programa de fornecimento de uniformes e material escolar visa à aquisição de kits para alunos da rede municipal de ensino com o objetivo, dentre outros, de minimizar as carências sociais.

Em 2020 foram adquiridos e entregues 437 mil kits de material escolar. Não houve aquisição ou fornecimento de uniformes. O contexto da pandemia e ausência de aulas presenciais impede a avaliação do cumprimento das metas físicas.

4.2.3. Programa de Metas - Educação

O Programa de Metas é um instrumento que organiza as prioridades da Prefeitura nos quatro anos de mandato, sendo uma exigência da Lei Orgânica do Município de São Paulo desde 2008 (art. 69-A), na qual todo Prefeito eleito tem a obrigação de apresentar, em até noventa dias após a sua posse, um programa que descreva as prioridades de seu governo, explicitando as ações estratégicas,

os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal.

4.2.3.1. Programa de Metas 2017-2020 e sua reformulação

O Programa de Metas 2017-2020 contava com 53 metas, 71 projetos estratégicos e 487 linhas de ação, que incluíam 344 intervenções urbanas. A construção do programa havia sido realizada a partir de cinco eixos temáticos.

A Educação se encontrava inserida no eixo de Desenvolvimento Humano e contava com sete metas. Estas metas, por sua vez, estavam segmentadas em 9 Projetos. Estes projetos, por fim, desdobravam-se em 49 Linhas de Ação, que visavam contribuir para a realização do projeto e, consequentemente, atingir a meta proposta.

Entretanto, para o biênio de 2019-2020, houve reformulação do programa de metas, que passou a contar com 36 objetivos estratégicos, 71 metas e 213 iniciativas. A construção do programa foi realizada a partir de três eixos temáticos:

Cuidar da cidade – Prefeitura organiza, amplia, recupera e mantém os equipamentos e espaços públicos.

Proteger as pessoas – Prefeitura protege, acolhe e oferece serviços públicos de qualidade.

Inovar na gestão – Prefeitura inova em governança, transparência, participação, sustentabilidade e tecnologia.

A Educação encontra-se agora inserida no eixo “Proteger as pessoas” e conta com 6 metas, dispostas dentro de 4 objetivos estratégicos. Estas metas possuem 14 iniciativas.

A Auditoria sobre os resultados alcançados no exercício de 2019 efetuou análise e apresentou comparativo das metas originais (2017-2020) mantidas e reformuladas no biênio 2019-2020 (TC 002925/2020).

4.2.3.2. Objetivo estratégico 14 – Reduzir a vulnerabilidade na primeira infância

Quadro 9 - Objetivo Estratégico 14 – Reduzir a vulnerabilidade na primeira infância

Meta	Objetivo / Iniciativa	Realizado em 2020	Evidências
Meta 14.3	**Ampliar 35.157 vagas em creche**	24.738	https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/acesso-a-informacao/demanda-escolar/. Peças (06 a 09).
	Iniciativa 14.e- Ampliar o número de matrículas em creches, garantindo a qualidade do atendimento	24.738	https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/acesso-a-informacao/demanda-escolar/. Peças (06 a 09).
	Iniciativa 14.f - Implementar o Currículo da Cidade: Educação Infantil, desenvolvendo programa de formação continuada para os Supervisores Escolares, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos e Docentes	87 (número de formações)	Processos de contratação de assessores, especialistas que contribuíram para a implementação do Currículo da Cidade – Educação Infantil: 6016.2020/0002490-5 6016.2020/0032564-6 6016.2019/01012356 6016.2020/00053930 6016.2019/00558738 Os processos de contratação contêm documentos pessoais do contratado, diplomas, certidões, demonstrativo de serviços prestados, cronograma de atividades e de desembolo (exemplo às peças 10 e 11).
	Iniciativa 14.g - Ampliar o programa Minha Biblioteca para a educação infantil	2.001.532 de livros fornecidos.	Processo SEI - 6016.2020/0107080-3 Peças (13, 14 e 15).
	Iniciativa 14.i - Implementar a fase II do programa Leve Leite	4.454 crianças atendidas.	SEI nº 6016.2021/0032451-0, documentos nº 042890848 e 042890911.

Fonte: SEI nº 6016.2021/0032451-0.

4.2.3.2.1. Meta 14.3 - Ampliar 35.157 vagas em creche

Em 2019 foram criadas 15.900 novas vagas em creches, e 24.738 em 2020, atingindo o total de 40.638 no biênio 2019-2020. Atingiu-se 115,6% do previsto para o período. Portanto, a meta foi atingida.

4.2.3.2.2. Iniciativa 14.e - Ampliar o número de matrículas em creches, garantindo a qualidade do atendimento

Considerando o apontado no item anterior, a Iniciativa 14.e foi realizada.

4.2.3.2.3. Iniciativa 14.f - Implementar o Currículo da Cidade: Educação Infantil, desenvolvendo programa de formação continuada para os Supervisores Escolares, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos e Docentes

As premissas do Currículo da Cidade constam do Relatório 2019-2020 do Programa de Metas. O Currículo da Cidade consta no site da PMSP[4], com documentos referentes a diretrizes para educação de jovens e adultos, educação especial, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, orientações didáticas e priorização curricular.

Sobre o programa de formação continuada para os Supervisores Escolares, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos e Docentes, foram realizadas 87 formações em 2020, ante 63 em 2019. A iniciativa, portanto, foi realizada em 2020.

4.2.3.2.4. Iniciativa 14.g - Ampliar o programa Minha Biblioteca para a educação infantil

Em 2020, foram entregues 2.001.532 livros, sendo 1.162.786 livros para a Educação Infantil e 838.746 livros para o Ensino Fundamental, que totalizaram R$ 53.580.441,23. Cabe registrar que as compras de 2019 foram de 558.977 exemplares de livros para educação infantil, tendo sido gastos um total de R$ 9.708.117,80. A iniciativa, portanto, foi realizada em 2020.

4.2.3.2.5. Iniciativa 14.i - Implementar a fase II do programa Leve Leite

A Fase II do Leve Leite consiste na oferta do leite para crianças que estão na fila da creche cujas famílias estão inscritas no CADÚnico. No quadrimestre de setembro a dezembro de 2020 foram atendidas 4.454 crianças, sendo 940 beneficiárias de fórmula láctea e outras 3.514, de leite. A iniciativa, portanto, foi realizada em 2020.

[4] https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/curriculo-da-cidade/

4.2.3.3. Objetivo estratégico 21 – Melhorar o desempenho dos alunos no Ensino Fundamental

Quadro 10 - Objetivo Estratégico 21 - Melhorar o desempenho dos alunos no Ensino Fundamental

Meta	Objetivo / Iniciativa	Realizado em 2020	Evidências
Meta 21.1	**Atingir 6,5 no IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental**	**6,0**	https://www.qedu.org.br/cidade/2329-sao-paulo/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2019
Meta 21.2	**Atingir 5,8 no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental**	**4,8**	https://www.qedu.org.br/cidade/2329-sao-paulo/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2019
	Iniciativa 21.a - Garantir a alfabetização de 95% dos estudantes da Rede Municipal de Ensino até o 2º ano do ensino fundamental	92% em 2019	SEI nº 6016.2021/0032451-0. Relatório extraído do Sistema SERAP no Doc. SEI 042763418 Planilha do projeto "Trilhas de Formação" no Doc. SEI 042764697 Peça 16.
	Iniciativa 21.b - Garantir que 95% dos estudantes do ensino fundamental alcancem, no mínimo, o nível de proficiência básico na Prova Brasil	Resultados de 2019: Anos iniciais: Língua Portuguesa: 97% Matemática: 86%. Anos finais: Língua Portuguesa 82% Matemática 71%	Oficialmente, por parte do Inep, não existe um "nível básico", pois não há nenhuma classificação por parte desta autarquia. Mas, a SME utiliza uma classificação realizada pelo Movimento Todos pela Educação, largamente utilizada para comparar o desempenho de estados e municípios. Segue o relatório gerado pela própria plataforma: https://www.qedu.org.br/cidade/2329-sao-paulo/proficiencia
	Iniciativa 21.c - Promover o uso dos resultados das avaliações externas - Prova e Provinha São Paulo, Avaliação Semestral (Ensino Fundamental Regular), Avaliação Semestral (Educação de Jovens e Adultos) e Simulado ENEM - como subsídio ao planejamento pedagógico das unidades educacionais e das DREs.	Análise e utilização dos dados pelas equipes técnicas de SME e DREs	PA 6016.2019/01012356 https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Acompanhamento-das-Aprendizagens-2.pdf https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/ensino-fundamental-e-medio/coordenacao-pedagogica/
	Iniciativa 21.d - Implementar o Currículo da Cidade de São Paulo - Ensino Fundamental	Treinamento de 3.675 servidores da SME.	Planilha do projeto "Trilhas de Formação" no Doc. SEI 042764697
	Iniciativa 21.e - Desenvolver e implementar programas e ações para garantia de acesso e permanência na educação básica	Trilha de aprendizagens, ações do Naapa e visitas domiciliares.	Trilha de Aprendizagens: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens/ Ações do Naapa: Portaria de Reorganização e Apoio Pedagógico Domiciliar: Instrução Normativa SME Nº 11, de 12/03/2020 publicada no DO (Doc. SEI. 042885223) Instrução Normativa SME Nº 20 de 26/06/2020 publicada no DO de 27/06/202 (Doc. Sei 042887075) Turma do Naapa: http://naapa.com.br/. Publicação "Conhecer para Proteger:" https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-c

			ontent/uploads/2021/02/Conhecer-para-Proteger-WEB.pdf Instrução Normativa nº 59 de 29/12/2020, publicada no DO de 30/12/2020 e que dispõe e organiza o Programa Pedagógico Hospitalar na RME (Doc. SEI 042887185) Visitas Domiciliares: PA 6016.2020/0090245-7 e relatório no Doc. SEI 042765215
	Iniciativa 21.f - Ampliar o número de estudantes em educação integral em tempo integral nas EMEFs	Adesão de 59 escolas em 2020, continuidade de 136.	COMUNICADO Nº 791, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019 (DOC. Sei 042884577). E PA 6016.2019/0070103-4.
	Iniciativa 21.g - Implantar remuneração variável vinculada ao desempenho dos alunos	R$ 321.997.725,77 pagos a título de "Prêmio Desempenho Educacional do exercício de 2020".	Decreto nº 59.165 de 27 de dezembro de 2019. Peça 25.

Fonte: SEI nº 6016.2021/0032451-0.

A auditoria anterior apurou que as iniciativas 21.a a 21.g ainda não tinham sido implementadas em 2019. À época, foram apresentadas 31 ações, iniciadas em 2019, como produção de material didático, planos de ação, contratações de instituições, aplicação de avaliações, seminários, e outros projetos. As iniciativas começaram a ser efetivadas em 2020.

4.2.3.3.1. Meta 21.1 Atingir 6,5 no IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental

A Prefeitura não atingiu a meta 21.1, tendo alcançado a nota 6 no IDEB, enquanto a previsão era de 6.5.

4.2.3.3.2. Meta 21.2 - Atingir 5,8 no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental

A meta 21.2 também não foi atingida, com nota 4,8 no IDEB, frente à previsão de 5,8. Cabe registrar, no entanto, a evolução em relação ao exercício anterior, de 4,2 para 4,8.

4.2.3.3.3. Iniciativa 21.a - Garantir a alfabetização de 95% dos estudantes da Rede Municipal de Ensino até o 2º ano do ensino fundamental

Não foi alcançada a meta da Iniciativa 21.a, com resultado de 92%, frente ao previsto de 95%. Cabe destacar que os dados se referem a 2019, pela impossibilidade de aferição em 2020.

4.2.3.3.4. Iniciativa 21.b - Garantir que 95% dos estudantes do ensino fundamental alcancem, no mínimo, o nível de proficiência básico na Prova Brasil

A meta da iniciativa 21.b também não foi atingida, com índices inferiores aos previstos em três dos quatro indicadores. Os dados apresentados são de 2019.

O único indicador que excedeu a meta foi Língua Portuguesa para anos iniciais, que atingiu 97%.

4.2.3.3.5. Iniciativa 21.c - Promover o uso dos resultados das avaliações externas - Prova e Provinha São Paulo, Avaliação Semestral (Ensino Fundamental Regular), Avaliação Semestral (Educação de Jovens e Adultos) e Simulado ENEM - como subsídio ao planejamento pedagógico das unidades educacionais e das DREs.

A SME informou as ações tomadas para a promoção do uso dos resultados das avaliações externas no planejamento pedagógico. Em informação complementar, mencionou que os treinamentos realizados foram fundamentais para que as unidades educacionais seguissem as orientações e diretrizes pedagógicas estabelecidas.

As informações prestadas incluem o processo de contratação para as formações e documentos elaborados pela SME, como Orientações didáticas do currículo da cidade, Publicação da coordenadoria pedagógica da SME para os educadores da rede de ensino da cidade de São Paulo (Gestão – Articulando esforços para uma educação de qualidade) e Orientações Gerais – Professor orientador de área.

A iniciativa, portanto, foi realizada em 2020, porém, com dados do exercício anterior.

Cabe ressaltar que, conforme mencionado no TC 006421/2021, a prova e a provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função de Pandemia de COVID-19, o que prejudicará a realização dessa iniciativa em 2021.

4.2.3.3.6. Iniciativa 21.d – Implementar o Currículo da Cidade de São Paulo – Ensino Fundamental

Registrou-se o treinamento de 3.675 professores[5]. Foi apresentada uma tabela resumo com os treinamentos realizados e os respectivos SEIs.

Nos processos consta a publicação da realização do curso, listagem da turma, relatórios com a relação dos participantes, tempo de aula, frequência e desempenho dos participantes, e demais trâmites processuais. A iniciativa, portanto, foi realizada em 2020.

4.2.3.3.7. Iniciativa 21.e - Desenvolver e implementar programas e ações para garantia de acesso e permanência na educação básica

A iniciativa 21.e não estabelece uma meta objetivamente mensurável. Neste sentido destacam-se as ações realizadas pela Secretaria no contexto da Covid19 e ensino remoto, como visitas domiciliares, além de projetos, como Trilha de Aprendizagens, e ações do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem – NAAPA. A iniciativa, portanto, foi realizada em 2020.

[5] Na iniciativa 21.d foi apresentado o total de treinamento de professores, enquanto para a iniciativa 14.f, o total de professores treinados. Em comentários adicionais, a SME esclareceu que as iniciativas "são desenvolvidas e monitoradas por divisões pedagógicas diferentes. Por este motivo, não houve um padrão na sistematização dos dados gerenciais".

4.2.3.3.8. Iniciativa 21.f - Ampliar o número de estudantes em educação integral em tempo integral nas EMEFs

Foi publicado no DOC o Comunicado SME nº 791/2019, que divulga a relação das Unidades Educacionais que aderiram ao Programa São Paulo Integral/2020. Foram registradas 59 adesões em 2020, e a continuidade de 136 escolas, totalizando 28.590 alunos beneficiados. A iniciativa, portanto, foi realizada em 2020.

4.2.3.3.9. Iniciativa 21.g - Implantar remuneração variável vinculada ao desempenho dos alunos

A remuneração variável, regulada por decreto, foi implantada a partir de 2020. Os valores pagos foram limitados a R$ 5.000,00 por professor, descontados os cálculos referentes a assiduidade e desempenho e totalizaram R$ 321.997.725,77 (pagamentos), referentes ao exercício de 2020. “As fórmulas de cálculo foram discriminadas no Decreto nº 59.165 de 27 de dezembro de 2019, referente ao pagamento de 2020”. A iniciativa, portanto, foi realizada em 2020.

4.2.3.4. Objetivo estratégico 22 – Revitalizar unidades escolares, de saúde, cultura e de esporte e lazer

Quadro 11 - Objetivo Estratégico 22- Revitalizar unidades escolares, de saúde, de cultura e de esporte e lazer

Meta	Objetivo/Iniciativa	Realizado em 2020	Evidências
Meta 22.1	**Reformar ou reequipar 1.150 unidades escolares**	381	Documento SEI nº 042889324 no Processo SEI nº 6016.2021/0032451-0, em que constam todas as unidades educacionais contempladas com reequipagem de mobiliário e/ou reformas. No documento, também constam os Processos SEI respectivos. Ressalta-se que, para o cálculo de 381, contabilizamos cada unidade uma única vez, mesmo que ela tenha recebido mais de uma intervenção, seja reequipagem ou reforma. Assim, evitamos duplicidade na contagem de unidades.
Meta 22.5	**Implementar internet de alta velocidade em 100% das unidades escolares**	497 EMEFs	Processo SEI que trata das aquisições realizadas (2018-2019) e prestação de contas, incluindo a da aquisição de links dos CEUs: 6023.2018/0000062-8. Processo SEI da aquisição de links dedicados em 2020: 6016.2019/0021310-2.
	Iniciativa 22.a - Reformar e/ou reequipar 1.150 unidades escolares	Ver Meta 22.1 acima	Ver Meta 22.1 acima
	Iniciativa 22.b - Ampliar acesso a internet de alta velocidade nas unidades escolares	Ver Meta 22.5 acima	Ver Meta 22.5 acima

Fonte: Processo SEI nº 6016.2021/0032451-0.

4.2.3.4.1. Meta 22.1 - Reformar ou reequipar 1.150 unidades escolares

Iniciativa 22.a - Reformar e/ou reequipar 1.150 unidades escolares

Em 2020 foram realizadas intervenções em 381 unidades escolares. “No biênio 2019-2020, 1.484 unidades educacionais foram reformadas ou reequipadas ultrapassando a meta estabelecida”.

Nos respectivos processos SEI constam termo de vistoria, relatório fotográfico, memorial descritivo, orçamento, documentos referentes à execução orçamentária, publicações no DOC, extrato da contratação e termo de contrato e ART, além dos demais trâmites burocráticos. Portanto, a iniciativa 22.a e a meta 22.1 foram cumpridas em 2020.

4.2.3.4.2. Meta 22.5 - Implementar internet de alta velocidade em 100% das unidades escolares

Iniciativa 22.b - Ampliar acesso a internet de alta velocidade nas unidades escolares

Consta no processo 6016.2019/0021310-2 a homologação do Pregão Eletrônico nº 04/SME/2020, visando a contratação de empresa especializada em telecomunicações, com a finalidade de prestação de serviço de acesso à Internet banda larga dedicada, abrangendo toda a rede de unidades educacionais administradas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP), pelo período de 36 meses.

Portanto, a iniciativa 22.b e a meta 22.5 foram atingidas em 2020.

4.2.3.5. Objetivo estratégico 23 – Criar novos equipamentos de educação e saúde

Quadro 12 – Objetivo estratégico 23 – Criar novos equipamentos de educação e saúde

Meta 23.1	**Entregar 12 CEUs**	12	Processo específico de cada CEU: P.A. nº 2013-0.168.746-0 P.A. nº 2013-0.168.729-0 P.A. nº 2013-0.168.740-1 P.A. nº 2013-0.168.750-9 P.A. nº 2013-0.168.726-6 P.A. nº 2014-0.104.089-2 P.A. nº 2014-0.111.436-5 P.A. nº 2014-0.161.228-4 P.A. nº 2013-0.168.711-8 P.A. nº 2013-0.169.206-5 P.A. nº 2013-0.168.753-3 P.A. nº 2014-0.161.226-8	
	Iniciativa 23.a - Entregar 12 novos CEUs	Ver Meta 23.1 acima	Ver Meta 23.1 acima	Ver Meta 23.1 acima

Fonte: Processo SEI nº 6016.2021/0032451-0.

4.2.3.5.1. Meta 23.1 Entregar 12 CEUs

Iniciativa 23.a - Entregar 12 novos CEUs

Os doze CEUs previstos para o biênio 2019-2020 foram entregues em 2020. O quadro a seguir apresenta o estágio das obras de cada CEU em 2019 e 2020:

Quadro 13 - Estágio das obras dos CEUs 2019 e 2020

CEU	2019	2020
CEU Freguesia do Ó	77,40%	100%
CEU Parque Novo Mundo	75,71%	100%
CEU Parque do Carmo (1)	100%	100%
CEU Clube Escola Vila Alpina (2)	100,01%	100%
CEU Carrão Tatuapé	60,64%	100%
CEU Tremembé	49,95%	100%
CEU Pinheirinho	74,30%	100%
CEU Taipas	76,51%	100%
CEU Artur Alvim	78,81%	100%
CEU São Miguel	79,50%	100%
CEU São Pedro	81,44%	100%
CEU Cidade Tiradentes	59,27%	100%

(1) A medição atingiu 100% em relação ao inicialmente previsto. O CEU foi parcialmente recebido em 31/01/2020. (2) A medição atingiu 100% em relação ao inicialmente previsto. Como houve aditivos ao contrato, sua medição ultrapassará os 100%. Foi recebido parcialmente em 31/01/2020. Fonte: Processo SEI 6016.2020/0010361-9.

O executivo municipal encaminhou projeto de lei que propõe nomear os 12 novos CEUs, que serão inaugurados, com nomes de personalidades negras ligadas à história do Brasil. Portanto, a iniciativa 23.a e a meta 23.1 foram cumpridas em 2020.

4.2.4. Indicadores de desempenho

4.2.4.1. Sistemas de avaliações do ensino fundamental

As avaliações elaboradas e aplicadas oferecem indicadores comparativos de desempenho para subsidiar políticas públicas de Educação. Essas avaliações fornecem um parâmetro importante para diagnóstico do ensino, por tornar o desempenho comparável entre diferentes escolas e regiões.

O desempenho dos alunos nas avaliações é resultado da combinação de vários fatores, além dos aspectos de planejamento pedagógico e didático, como questões socioeconômicas e características da família, do aluno, do professor e da escola.

4.2.4.1.1. Desempenho apurado no Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, estabelecido pela Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005.

A Prova e a Provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de Covid-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais.

De maneira não substitutiva, segundo a Secretaria, foi realizada em 2020 uma avaliação diagnóstica, denominada Prova Diagnóstica São Paulo, totalmente digital, com o intuito de avaliar o aprendizado dos estudantes durante o período de isolamento social.

As equipes pedagógicas e os técnicos do Núcleo Técnico de Avaliação (NTA) da SME concluíram que, por fatores adversos, não haveria a aplicação da Prova Diagnóstica aos estudantes dos 2º e 3º anos do ensino fundamental, de modo que a avaliação foi aplicada exclusivamente aos alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio e aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A SME apresentou os resultados da Prova e Provinha São Paulo referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019. Registra-se que os resultados alcançados nos referidos anos foram analisados pela auditoria nos TCs nºs 002046/2018, 002545/2019 e 004097/2020, respectivamente.

Com relação à Prova Diagnóstica realizada em 2020, ressalta-se que SME não relacionou os resultados dessa avaliação com as escalas da Prova São Paulo, devido à ocorrência de diversos fatores técnicos, conforme constatado na inspeção realizada no TC nº 001475/2021[6]. Dentre esses fatores, destacam-se a instabilidade no sistema e, principalmente, a baixa participação dos alunos, que prejudicou a análise estatística pela SME.

No referido TC, verificou-se que os resultados foram disponibilizados no Sistema Educacional de Registro de Aprendizagem (SERAp) para toda a Rede Municipal, com a porcentagem de acertos em cada item na prova e o desempenho de cada aluno que realizou a avaliação. A média de participação de toda a Rede Municipal de Ensino na Prova Diagnóstica foi de 42,9%.

Constatou-se, ainda, que a orientação da SME para os gestores escolares foi que usassem os dados da Prova Diagnóstica para a tomada de decisões referente ao planejamento do ano letivo de 2021, em especial para os alunos que são público-alvo dos projetos de recuperação paralela.

Portanto, considerando que não foram realizadas a Prova e a Provinha São Paulo no exercício de 2020, e que os resultados da Prova Diagnóstica realizada em 2020 não permitem correlação com os dados de desempenho disponíveis de anos anteriores, a análise desse indicador está prejudicada.

4.2.4.2. Produção de serviços

O Município de São Paulo atua prioritariamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, detendo pequena participação no Ensino Médio, em consonância com o art.

---

[6] O objetivo da inspeção foi verificar os resultados alcançados na Prova Diagnóstica aplicada em novembro/dezembro de 2020 na Rede Municipal de Ensino, as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pela SME para a recuperação de aprendizagem em 2021 e a existência de mecanismos de busca ativa dos alunos.

211, § 2º, da Constituição Federal e com o art. 11, inciso V, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei Federal nº 9.394/96).

Nos subitens seguintes demonstra-se a evolução física das instalações (escolas), das matrículas e do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação (SME) no período 2015-2020.

4.2.4.2.1. Escolas

Em dezembro de 2020, a Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade de São Paulo contava com 4.003 unidades de ensino, sendo 38,3% da rede direta e 61,7% da rede parceira:

Quadro 14 – Unidades de Ensino da RME de São Paulo[7]

Modalidade de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Educação Infantil	**2.525**	**2.600**	**2.770**	**2.890**	**3.046**	**3.116**
Rede Direta	**919**	**919**	**928**	**935**	**939**	**955**
CEI Direta	362	362	362	362	362	362
EMEI e CEMEI	550	551	560	567	572	588
CECI	3	3	3	3	3	3
CCI/CIPS	4	3	3	3	2	2
Rede Parceira	**1.606**	**1.681**	**1.842**	**1.955**	**2.107**	**2.161**
CEI Indireta **(Parceria)**	365	354	376	375	380	380
Creches **(Parceria)**	1.241	1.327	1.466	1.580	1.727	1.781
Ensino Fundamental	**546**	**546**	**547**	**547**	**547**	**548**
EMEF	546	546	547	547	547	546
Ensino Médio	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**
EMEFM	8	8	8	8	8	8
Educação de Jovens e Adultos	**385**	**348**	**382**	**336**	**337**	**327**
CIEJA	16	16	16	16	16	16
MOVA **(Parceria)**	366	330	364	318	319	309
CMCT	3	2	2	2	2	2
Educação Especial	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**
EMEBS	6	6	6	6	6	6
Total	**3.470**	**3.508**	**3.713**	**3.787**	**3.944**	**4.003**

Fonte: Dados constantes no TC 004097/2020 e dados enviados pela SME (peça 6). Data base: 31.12.2020.

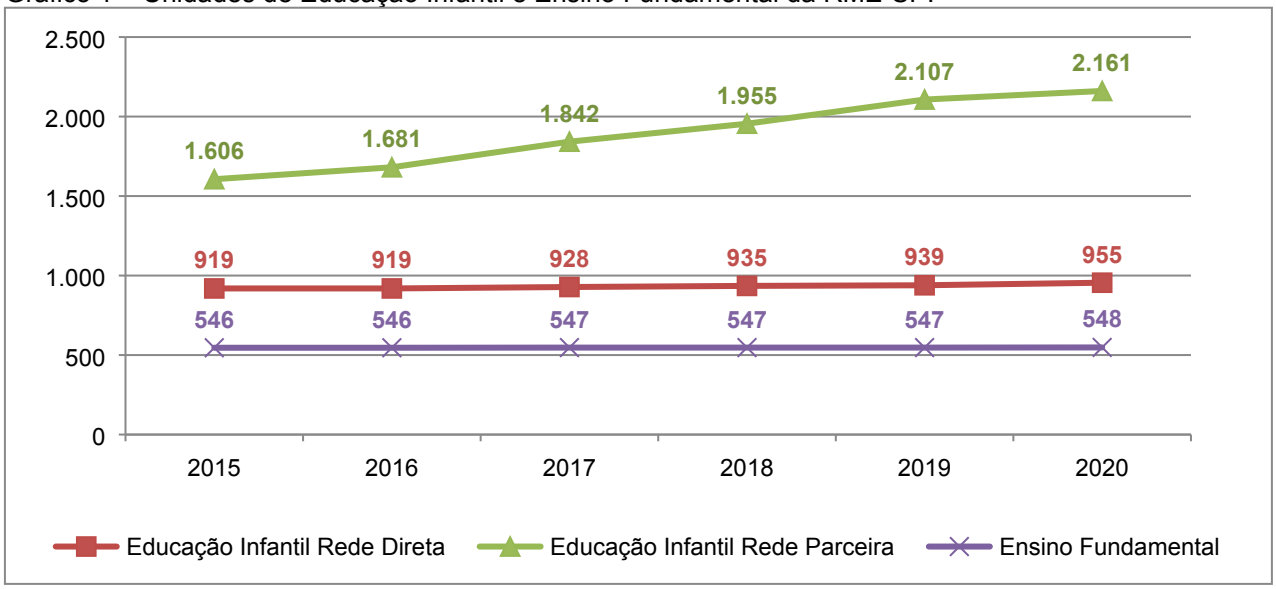
Na Educação Infantil, em 2020 houve aumento de 70 unidades (+2,30%) em relação ao fim de 2019, quase todas da rede parceira, sendo 16 da direta (EMEIs e

[7] A diferença no número de unidades de EMEFs e CMCT se dá por conta do congelamento do sistema realizado em 31 de dezembro, sendo consideradas apenas as unidades com matrículas ativas. Dessa forma, como o quadro demonstra o número de unidades em funcionamento, considerou-se para esse trabalho o número real de unidades existentes como consta nos dados da peça 5.

CEMEIs). Esse aumento foi inferior ao registrado no ano anterior, de 156 unidades, embora o aumento no número de escolas da rede direta tenha sido superior ao observado em 2019, que foi de apenas cinco unidades.

Houve o aumento de uma unidade de Ensino Fundamental, que, segundo a Secretaria Municipal de Educação (SME) (peça 5), a obra foi entregue em outubro de 2020 (EMEF Jd Sipramar). Não houve alteração na quantidade de estabelecimentos de Ensino Médio de 2019 para 2020.

Gráfico 1 – Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental da RME-SP.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1.

4.2.4.2.2. Demanda

A tabela 2 apresenta a evolução da demanda reprimida na Educação Infantil (peça 4):

Quadro 15 - Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP.

Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Creche	75.194	65.040	44.092	19.697	9.670	649
Pré-Escola	3.595	1.269	143	69	115	20
Total	**78.789**	**66.309**	**44.235**	**19.766**	**9.785**	**669**

Fonte: Dados constantes no TC 004097/2020 e dados enviados por SME (peça 6). Data base: 31.12.2020.

Os dados demonstram que a demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015, excetuada a demanda de pré-escola, que teve aumento de 2018 para 2019. De acordo com os dados enviados pela SME, em 2020 foram criadas mais de 37 mil vagas em creches, o que ocasionou a queda verificada na tabela 2 na demanda não atendida para essa etapa.

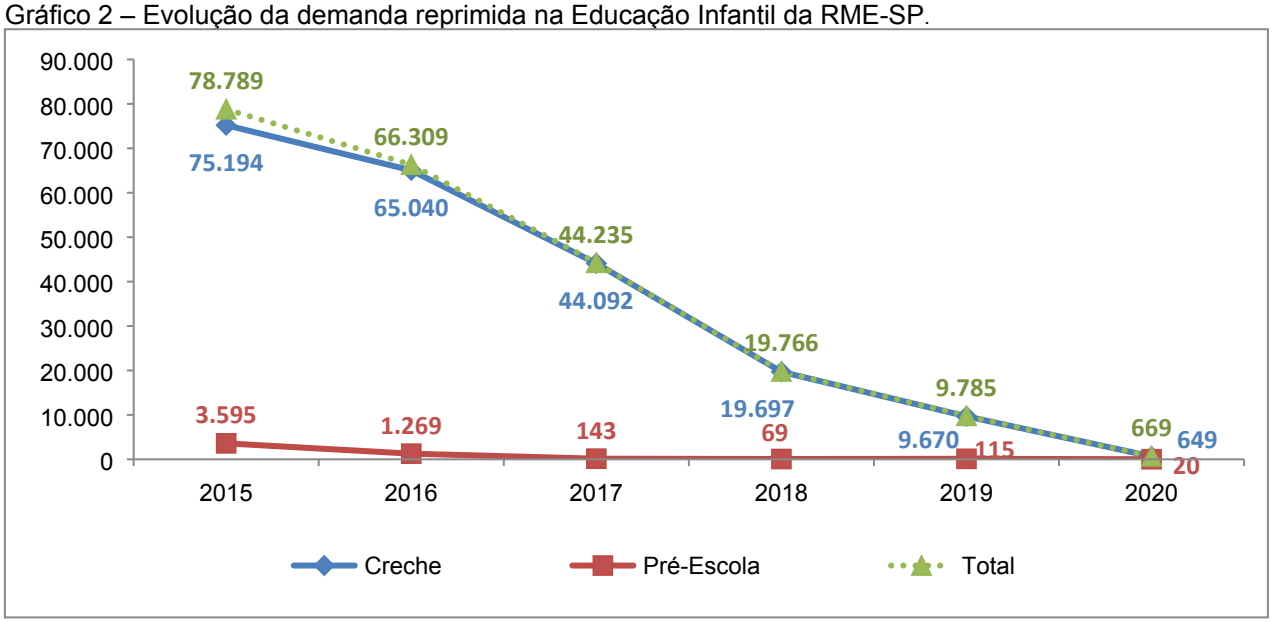
Atualmente, SME classifica a demanda reprimida de acordo com três critérios: demanda sem opção por unidade específica em espera até 30 dias (1); demanda sem opção por unidade específica em espera a mais de 30 dias (2) e demanda com opção por unidade específica (3). Assim, a demanda reprimida em 2020 está exposta no quadro a seguir:

Quadro 16 – Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP

Modalidade de ensino	**Demanda**
Creche (1)	73
Creche (2)	36
Creche (3)	540
Total Creche	**649**
Pré-escola (1)	13
Pré-escola (2)	2
Pré-escola (3)	5
Total Pré-escola	**20**
Total Educação Infantil	**669**

Fonte: Dados enviados por SME (peça 4). Data base: 31.12.2020.
(1) demanda sem opção por unidade específica em espera até 30 dias;
(2) demanda sem opção por unidade específica em espera a mais de 30 dias;
(3) demanda com opção por unidade específica.

Gráfico 2 – Evolução da demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Tabela 2.

Como se depreende do gráfico 2, a demanda reprimida total na Educação Infantil sofreu forte queda ao longo dos últimos anos, tendo atingido o menor nível em 2020.

Ressalte-se que a Lei Federal n° 12.796/13 alterou diversos dispositivos da LDB, introduzindo a pré-escola no rol dos deveres do Estado com educação escolar, sendo obrigatória a garantia de Educação Básica e gratuita dos quatro aos dezessete anos (art. 4º, inciso I da LDB alterados pela Lei Federal n° 12.796/13). Tal previsão já constava do art. 208, inciso I, da Constituição Federal, bem como do inciso X do art. 4º da própria LDB que estabelece como obrigação do Estado a garantia de vaga na escola pública a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade.

A demanda reprimida na Pré-Escola da RME-SP era de 20 vagas no fim de 2020, não sendo atendida integralmente a garantia prevista na Lei Federal nº 9.394/96 e na Constituição Federal.

4.2.4.2.3. Matrículas

No quadro a seguir consta a evolução das matrículas na rede de ensino do Município de São Paulo de 2015 a 2020:

Quadro 17 – Número de matrículas por modalidade de ensino na RME-SP.

Modalidade de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Educação Infantil	**465.298**	**499.228**	**529.635**	**552.812**	**574.226**	**611.454**
Rede Direta	**254.748**	**265.462**	**271.001**	**270.931**	**272.179**	**290.138**
Creche	56.500	57.181	57.519	57.661	56.767	62.990
Pré-escola	198.248	208.281	213.482	213.270	215.412	227.148
Rede Parceira	**210.550**	**233.766**	**258.634**	**281.881**	**302.047**	**321.316**
Creche (Parceria)	204.285	226.998	252.757	276.898	293.724	312.570
Pré-escola (Parceria)	6.265	6.768	5.877	4.983	8.323	8.746
Ensino Fundamental	**415.410**	**414.639**	**406.350**	**423.183**	**415.272**	**417.493**
EMEF	415.410	414.639	406.350	423.183	415.272	417.493
Ensino Médio	**3.123**	**3.220**	**3.351**	**2.623**	**2.395**	**2.419**
EMEFM	3.123	3.220	3.351	2.623	2.395	2.419
Educação de Jovens e Adultos	**53.148**	**54.449**	**53.771**	**50.591**	**50.896**	**55.008**
EJA/CIEJA	40.816	41.217	40.196	37.668	37.434	43.719
MOVA (Parceria)	11.899	11.872	12.125	11.335	11.714	9.788
Educação Profissional	433	1360	1.450	1.588	1.748	1.501
Educação Especial	**2.762**	**2.792**	**2.527**	**2.574**	**2.685**	**2.637**
EMEE	846	869	692	679	730	791
EMEE (Parceria)	1.916	1.923	1.835	1.895	1.955	1.846
Total	**939.741**	**974.328**	**992.283**	**1.031.783**	**1.045.474**	**1.089.011**

Fonte: Dados constantes no TC 004097/2020 e dados enviados pela SME. Data base: 31.12.2020.

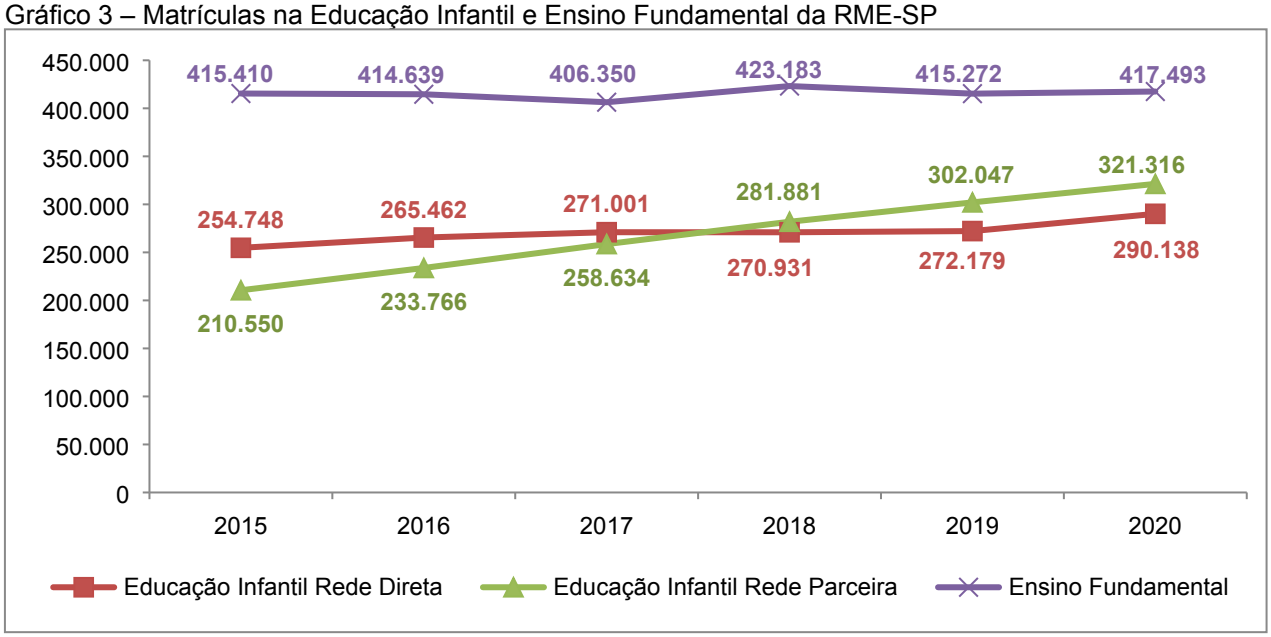
A SME possuía, em dezembro de 2020, 1.089.011 alunos matriculados em sua rede de ensino, sendo 56,15% na Educação Infantil e 38,34% no Ensino Fundamental, correspondendo juntos a 94,48% das matrículas da RME. Isso indica que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental estão sendo priorizados no âmbito municipal, em consonância com os dispositivos da Constituição Federal e da LDB.

Em relação a 2019, houve aumento de 2.221 matrículas no Ensino Fundamental (+0,53%) e aumento de 37.228 matrículas na Educação Infantil (+6,48%), sendo 19.269 na rede parceira e 17.959 na rede direta.

Conforme demonstrado no Gráfico 3, a variação ocorrida nesse ano segue tendência existente desde 2015, com aumento de alunos na Educação Infantil,

especialmente na rede parceira e um discreto aumento nas matrículas no Ensino Fundamental:

Gráfico 3 – Matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental da RME-SP

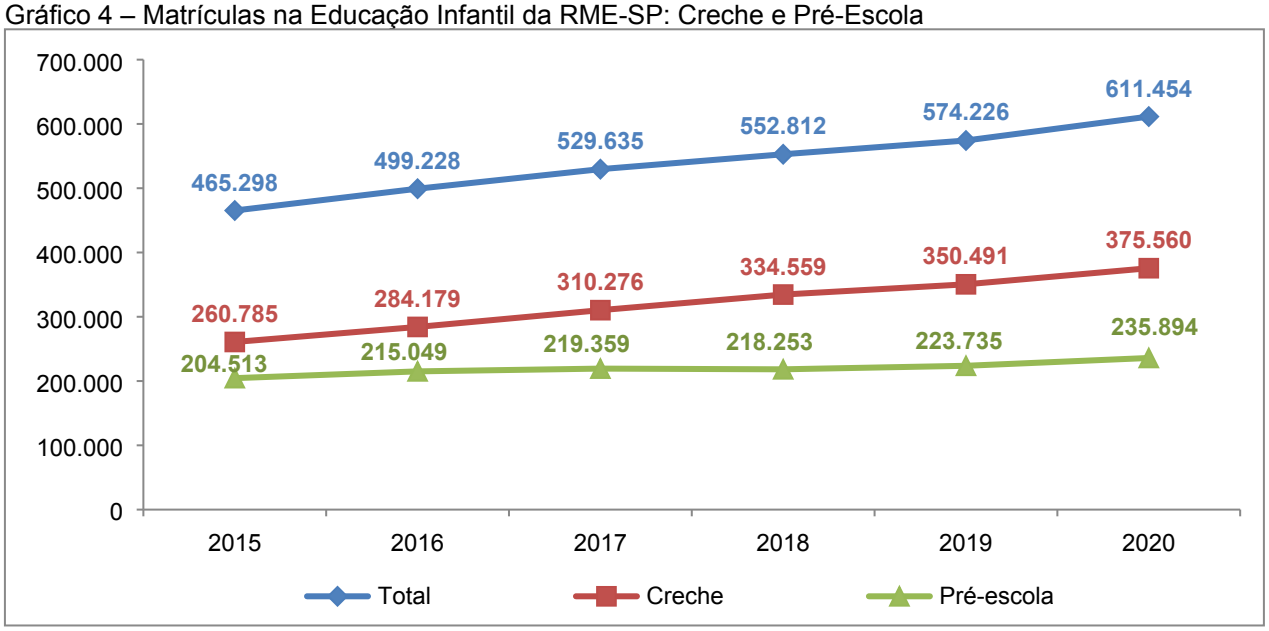


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do quadro 17.

Conforme se observa no gráfico 3, mantém-se a tendência existente desde 2018, em que a rede parceira passou a ter mais matrículas do que a rede direta na Educação Infantil.

O gráfico 4 apresenta as matrículas em creches e pré-escolas:

Gráfico 4 – Matrículas na Educação Infantil da RME-SP: Creche e Pré-Escola



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Tabela 3.

As matrículas em creche aumentaram substancialmente em relação a 2015 (114.775 novas matrículas realizadas, +40,01%), sendo o crescimento da rede parceira 17 vezes maior do que o da rede direta nesse período. Essa constatação somada aos recentes descredenciamentos[8] de 35 entidades da sociedade civil que mantinham creches da rede parceira devido a irregularidades constatadas pela Controladoria Geral do Município inspira que a SME aperfeiçoe os controles internos e processos de fiscalização dessas unidades.

4.2.4.2.4. Pessoal

No quadro a seguir estão os dados referentes à evolução do quadro de pessoal da SME desde 2015:

Quadro 18 - Quadro de Pessoal da SME.

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Magistério Municipal	**63.442**	**63.387**	**64.947**	**64.290**	**62.780**	**63.041**
Docentes Efetivos	59.616	59.621	63.235	63.649	62.102	61.277
Docentes Contratados	2.981	3.115	1.360	378	487	1.611
Docentes Admitidos	123	117	40	62	42	29
Docentes em Comissão	722	534	312	201	149	124
Cargos de Apoio à Educação	**15.968**	**15.360**	**15.001**	**13.999**	**13.245**	**13.081**
Agentes Escolares	4.657	4.326	3.952	3.619	3.301	3.125
Auxiliares Técnicos Educ. I/II – Efetivos	8.018	8.185	7.874	7.602	7.235	7.056
Outros	3.293	2.849	3.175	2.778	2.709	2.900
Total	**79.410**	**78.747**	**79.948**	**78.289**	**76.025**	**76.122**

Fonte: Dados constantes no TC 004097/2020 e dados enviados pela SME. Data base: 31.12.2020.

Houve aumento no número de servidores de 2019 para 2020 (passou de 76.025 para 76.122) ocasionado principalmente pelo aumento no número de docentes contratados, que saltou de 487 em 2019 para 1.611 em 2020 (230,8% a mais).

O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018, enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período: desde 2018 tem-se 2.372 docentes efetivos a menos.

[8] Prefeitura substitui entidades mantenedoras de 104 creches da cidade - SME Portal Institucional https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-substitui-entidades-mantenedoras-de-104-creches-da-cidade/#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,sexta%2Dfeira%20(01).

Tal dado causa preocupação uma vez que outras auditorias[9] já alertaram para a falta de professores como um problema que leva os alunos da Rede Municipal a não terem garantido o seu direito à aprendizagem.

Quanto aos cargos de apoio à educação, de 2019 para 2020, houve queda de 1,25% (passou de 13.245 para 13.081). A diminuição nos cargos de apoio à educação pode ser observada em todos os anos desde 2015 (-2.887 cargos) e, embora existam cargos de provimento em comissão com extinção na vacância[10], o cargo de Auxiliar Técnico de Educação, que desempenha funções de inspetoria e secretaria, vem sofrendo queda desde 2017, o que pode comprometer o bom funcionamento das unidades.

4.2.5. Atendimento à Lei Municipal 14.173/06

A Lei Municipal nº 14.173/2006 estabelece indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no Município de São Paulo. Seu art. 10 determina a apuração dos seguintes indicadores relativos à Educação Básica:

I - nível de universalização da educação infantil;

II - nível de universalização do ensino fundamental;

III - nível de universalização do ensino médio;

IV - nível de evasão escolar;

V - nível de alfabetização na faixa etária;

VI - nível de repetência dos alunos;

VII - nível de formação/graduação dos professores;

VIII - nível de adequação série/idade;

IX - nível de compatibilidade bairro/escola;

---

[9] O relatório no TC 004119/2019 constata que, em 2019, no Sistema EOL constava que existiam 7,9% de classes disponíveis (sem professor) nas 46 EMEFs visitadas ao longo do ano.
[10] Lei Municipal nº 14.660/2007.

> X - desempenho apurado no Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, estabelecido pela Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005.

A SME não apresentou dados de 2020 dos indicadores relativos à Educação Básica estabelecidos na Lei Municipal nº 14.173/2006, o que prejudicou a análise do exercício. Ressalte-se que, com isso, resultados de indicadores importantes, que poderiam refletir a influência da Pandemia da COVID-19 no ano de 2020, não foram analisados, como por exemplo, nível de evasão escolar, nível de alfabetização na faixa etária, nível de repetência dos alunos e, principalmente, desempenho apurado no Sistema de Avaliação dos Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Em que pese a ausência de dados de 2020, auditoria no TC 006421/2021, com base no histórico dos indicadores até 2019, recomendou que:

> 5.2. Uma vez que a universalização do ensino fundamental foi atingida no Município, conforme preconizava parte da meta 6 do PME, já se pode buscar o atingimento da outra parte da meta: garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos educandos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do plano. (item 3.3.2)
>
> 5.3. Que o Município busque parceria com outros entes e secretarias para o desenvolvimento de ações de busca ativa das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que estão fora do sistema de ensino. (item 3.3.4)
>
> 5.4. Que SME investigue as causas do aumento das taxas de distorção idade/série no ensino fundamental, que vem sofrendo aumento desde 2016 a fim de mitigar esse problema. (item 3.3.8)
>
> 5.5. Que SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizam TEG como parâmetro para o indicador compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. (item 3.3.9)

4.2.6. Efeitos da pandemia nos indicadores

Com base nas informações acima analisadas, pode-se inferir que o advento da Pandemia da COVID-19 não afetou significativamente a curva de evolução do número de escolas, de demanda reprimida, ou de matrículas, uma vez que as

restrições ao funcionamento das escolas foram anunciadas apenas em meados de março, portanto após o início do ano letivo. Os dados de pessoal também seguiram a tendência verificada nos últimos anos.

Porém, espera-se que sejam observados reflexos da crise nesses indicadores quando da análise dos dados referentes ao ano de 2021,

Ressalta-se que os resultados de indicadores importantes, que poderiam refletir a influência da Pandemia da COVID-19 no ano de 2020, não foram fornecidos pela SME, como por exemplo: (I) nível de evasão escolar, (II) nível de alfabetização na faixa etária, (III) nível de repetência dos alunos e, principalmente, (IV) desempenho apurado no Sistema de Avaliação dos Alunos da Rede Municipal de Ensino.

4.2.7. Evolução do custo por aluno

O quadro, a seguir, apresenta o total de recursos da função Educação nos últimos cinco exercícios, em suas várias fases:

Quadro 19 - Função Educação - Fases da despesa e custo aluno 2016 a 2020 Em R$

Fases	2016	2017	2018	2019	2020	Δ% 2020/ 2019
Dotação inicial	11.096.151.037	11.065.727.661	11.840.367.016	12.853.546.654	14.062.385.980	9,4%
Dotação atualizada	11.145.733.415	11.282.373.343	12.099.644.166	13.305.739.188	14.171.753.335	6,5%
Empenhado	10.242.868.169	10.734.523.995	11.911.989.937	12.843.007.817	13.525.795.951	5,3%
Liquidado	9.890.627.469	10.272.414.314	11.050.324.922	11.884.393.530	11.001.959.654	-7,4%
Pago	9.865.022.267	10.233.882.249	10.986.335.929	11.831.975.943	10.943.509.486	-7,5%
Nº de alunos	974.328	992.283	1.031.783	1.045.474	1.089.011	4,2%
Custo aluno	**11.563**	**11.635**	**12.053**	**12.284**	**12.420**	**1,1%**

Fonte: Ábaco (sistema de informações do TCM). Dados extraídos em 02/06/21. Foram considerados todos os gastos da Função Educação, incluindo a Fundatec.

Considerando o aumento de recursos e a elevação do número de alunos no período, verifica-se que o custo aluno/ano vem aumentando anualmente, e sofreu uma elevação de 1,1% em 2020, 0,9%, culminando em R$ 12.420/ano ao final de 2020 ou R$ 1.035/mês. Analisando-se toda a série histórica, percebe-se uma relativa estabilidade no valor do custo aluno no período analisado.

Apesar do aumento dos valores gastos na função educação observado nos últimos anos, as avaliações de desempenho demonstram que os alunos da rede municipal ainda não apresentam nível adequado de aprendizado, inclusive no ciclo de alfabetização.

4.3. Prova Diagnóstica, recuperação de aprendizagem e busca ativa aos alunos.

Segundo a SME, com o objetivo de verificar o efeito da pandemia sob a aprendizagem dos estudantes, foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2020 uma Prova Diagnóstica por meio do Sistema Educacional de Registro da Aprendizagem (SERAp), no formato digital.

As avaliações foram baseadas nos dois volumes do material "Trilhas de Aprendizagem", com itens calibrados na escala da Prova São Paulo, sendo 32 itens de cada área do conhecimento para cada ano (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Geografia e História). Não foi incluído nenhum questionário de fator socioemocional.

Devido a vários fatores decorrentes da pandemia, a Secretaria optou por não realizar a aplicação das provas para os alunos do 2º e 3º anos do ensino fundamental.

Dentre as principais constatações obtidas em auditoria[11] temos:

- Prova diagnóstica

a) A média de participação de toda Rede Municipal de Ensino (RME) na Prova Diagnóstica foi de 42,9%. As Diretorias Regionais de Educação (DREs) registraram participação entre 33,0% e 48,5%.

[11] TC 001475/2021 - Objeto da Inspeção: Prova Diagnóstica, recuperação de aprendizagem e mecanismos de busca ativa aos alunos.

b) Em todas as DREs houve escolas cujos alunos não realizaram a avaliação.

c) A orientação da SME para os gestores escolares foi que usassem os dados da Prova Diagnóstica para a tomada de decisões referente ao planejamento do ano letivo de 2021, em especial para os alunos que são público-alvo dos projetos de recuperação paralela.

d) Não houve elaboração do relatório com as estimativas das proficiências da prova, tendo em vista que a SME não conseguiu relacionar os resultados da Prova Diagnóstica com as escalas da Prova São Paulo (não realizada em 2020).

- <u>Recuperação de aprendizagem</u>

e) Durante o período de isolamento social, os professores do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP) foram orientados a manterem sua atuação centrada nos estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem, já diagnosticados como público-alvo do projeto, bem como aqueles alunos que apresentaram dificuldades no decorrer do tempo. Foram mapeados estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma Google Sala de Aula ou que não utilizaram o material “Trilhas de Aprendizagem”. Os resultados da avaliação diagnóstica realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do PAP, bem como para todo o plano de ação da escola, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua.

f) Dos 10.979 estudantes inscritos para as aulas do projeto de recuperação de férias em janeiro de 2021, compareceram, em média, 1.407 alunos por dia. A Secretaria Municipal de Educação (SME) avalia que os resultados do projeto ficaram aquém das suas expectativas, ponderando que, com o agravamento da pandemia, muitas famílias recuaram do propósito de enviar os alunos à escola.

- <u>Busca ativa</u>

g) A Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda não aderiu à plataforma de Busca Ativa Escolar, ferramenta tecnológica desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM. A Secretaria ainda está em um processo de negociação com outras Pastas (Saúde e Assistência Social e Desenvolvimento Social) para que isso aconteça.

h) Foram mapeados os estudantes com condicionantes para "vulnerabilidade educacional": retidos por falta em 2019; acompanhados pelo NAAPA em 2019/2020; em situação de acolhimento institucional; com defasagem idade/ano superior a um ano; e grávidas ou puérperas, totalizando 7.102 estudantes a serem acompanhados em 2021.

i) Em casos específicos (faltas recorrentes; ausência de acesso aos recursos pedagógicos por parte de estudantes, cujas famílias optarem pelo ensino à distância; indícios de situação de violência; ou falecimento de responsável ou provedor do estudante), a atuação do NAAPA se dá de forma preventiva, mas também de maneira interventiva, atuando junto ao estudante para conhecer suas demandas singulares.

j) Outra estratégia de busca ativa que está sendo planejada pela SME visa contemplar as crianças da educação infantil (4 e 5 anos), a fim de atender as ações previstas pela Lei Municipal nº 16.710/17, que estabelece princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas públicas para a primeira infância, bem como os princípios e diretrizes para a elaboração do Plano para a primeira Infância no Município de São Paulo.

k) Considerando o conceito de busca ativa expresso na meta 2.5 do Plano Nacional de Educação (promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude), conclui-se que SME não

realiza nenhum procedimento de busca ativa para crianças e adolescentes que deveriam estar matriculados nos ensinos fundamental e médio.

Ou seja, em síntese, podemos concluir que:

- Houve baixa participação dos alunos na Prova Diagnóstica (baseada no material "Trilhas de Aprendizagem"), realizada em novembro/dezembro de 2020, e não houve elaboração do relatório com as estimativas das proficiências da avaliação, tendo em vista que a SME não conseguiu relacionar os resultados da Prova Diagnóstica com as escalas da Prova São Paulo (que não foi realizada em 2020).

- Quanto à recuperação de aprendizagem, foram mapeados estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma Google Sala de Aula ou que não utilizaram o material "Trilhas de Aprendizagem". Os resultados da avaliação diagnóstica realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do PAP, bem como para todo o plano de ação da escola, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua. Porém, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SME) o agravamento da pandemia prejudicou o projeto de recuperação de férias, que ficou aquém de suas expectativas.

- A Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda está em fase de planejamento para implantação de ferramentas de busca ativa escolar.

4.4. Responsáveis pela área

Nome	Cargo
Bruno Caetano Raimundo	**Secretário Municipal de Educação à época**
Fernando Padula Novaes	**Secretário Municipal de Educação atual**

5. RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA COMPETENTE

O Relatório de Gestão da Educação foi fornecido pela SME sob o SEI nº 6013.2020/0006318-1, documento nº 043090255, contendo dados sobre a execução orçamentária, bem como o cumprimento de metas previstas no Plano

Plurianual e no Programa de Metas, além da série histórica de indicadores da função.

Quanto às informações prestadas, merece destaque a ausência de dados dos indicadores estabelecidos na Lei Municipal nº 14.173/2006, relativos ao exercício de 2020, conforme analisado no item 4.2.5.

6. CONCLUSÃO

6.1. Em dezembro de 2020, a Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade de São Paulo contava com 4.003 unidades de ensino (eram 3.994 em 2019), sendo 38,3% da rede direta e 61,7% da rede parceira. Isso representa acréscimo de 1,5% na quantidade de unidades escolares. (item **4.2.4.2.1**)

6.2. Na Educação Infantil, houve aumento de 70 unidades escolares (+2,30%) em relação ao fim de 2019, quase todas da rede parceira, sendo 16 da direta (EMEIS e CEMEIS). Houve o aumento de uma unidade de Ensino Fundamental e não houve alteração na quantidade de estabelecimentos de Ensino Médio de 2019 para 2020. (item **4.2.4.2.1**)

6.3. A demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015, excetuada a demanda de pré-escola, que teve aumento de 2018 para 2019, mas voltou a cair em 2020. Em 2020 foram criadas mais de 37 mil vagas em creches, o que ocasionou a queda na demanda não atendida de 9.670 em 2019 para 649 em 2020 (menor nível da série histórica). (item **4.2.4.2.2**)

6.4. A demanda reprimida na Pré-Escola da RME-SP atingiu seu menor nível no final de 2020, com déficit de 20 vagas. Embora baixo, ainda não permite concluir que está sendo atendida integralmente a garantia prevista na Lei Federal nº 9.394/96 e na Constituição Federal. (item **4.2.4.2.2**)

6.5. A SME possuía, em dezembro de 2020, 1.089.011 alunos matriculados em sua rede de ensino (eram 1.045.474 em 2019), sendo 56,15% na Educação Infantil e 38,34% no Ensino Fundamental, correspondendo juntos a 94,48% das matrículas

da RME. Isso indica que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental estão sendo priorizados no âmbito municipal, em consonância com os dispositivos da Constituição Federal e da LDB. (item **4.2.4.2.3**)

6.6. Em 2020, houve aumento de 2.221 matrículas no Ensino Fundamental (+0,53%) em relação a 2019, e aumento de 37.228 matrículas na Educação Infantil (+6,48%), sendo 19.269 na rede parceira e 17.959 na rede direta. A variação segue tendência existente desde 2015, com aumento de alunos na Educação Infantil, especialmente na rede parceira, e um discreto aumento nas matrículas de Ensino Fundamental. (item **4.2.4.2.3**)

6.7. As matrículas em creche aumentaram substancialmente em 2020 em relação a 2015 (114.775 novas matrículas realizadas, ou seja, incremento de 40,01%), sendo o crescimento da rede parceira 17 vezes maior do que na rede direta nesse período. Com relação a 2019, o incremento em 2020 foi de 25.069 novas matrículas (+6,68%). (item **4.2.4.2.3**)

6.8. Houve pequeno aumento no número de servidores de 2019 para 2020 (passou de 76.025 para 76.122) ocasionado principalmente pelo aumento no número de docentes contratados, que saltou de 487 em 2019 para 1.611 em 2020 (230,8% a mais). O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018 enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período. (item **4.2.4.2.4**)

6.9. Quanto aos cargos de apoio à educação, de 2019 para 2020, houve queda de 1,25% (passou de 13.245 para 13.081). A diminuição nos cargos de apoio à educação pode ser observada em todos os anos desde 2015 (redução de 2.887 cargos no período). (item **4.2.4.2.4**)

6.10. A Prova e a Provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de Covid-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais. De maneira não substitutiva, foi realizada em 2020 uma avaliação diagnóstica, denominada Prova Diagnóstica São Paulo, totalmente digital, com o intuito de

avaliar o aprendizado dos estudantes durante o período de isolamento social. Porém, os resultados da Prova Diagnóstica realizada em 2020 não permitem correlação com os dados de desempenho disponíveis de anos anteriores, prejudicando a análise do indicador do "Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo". (item **4.2.4.1.1**)

6.11. Pode-se inferir que o advento da Pandemia da COVID-19 não afetou significativamente a curva de evolução do número de escolas, de demanda reprimida, ou de matrículas, uma vez que as restrições ao funcionamento das escolas foram anunciadas apenas em meados de março, portanto após o início do ano letivo. (item **4.2.6**)

6.12. A SME não apresentou dados de 2020 dos indicadores relativos à Educação Básica estabelecidos na Lei Municipal nº 14.173/2006, o que prejudicou a análise do exercício. Ressalte-se que, com isso, resultados de indicadores importantes, que poderiam refletir a influência da Pandemia da COVID-19 no ano de 2020, não foram analisados, como por exemplo: (I) nível de evasão escolar, (II) nível de alfabetização na faixa etária, (III) nível de repetência dos alunos e, principalmente, (IV) desempenho apurado no Sistema de Avaliação dos Alunos da Rede Municipal de Ensino. (item **4.2.5**)

6.13. Não foi atendida a meta 21.1, de atingir 6,5 no IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A nota alcançada foi 6,0. (item **4.2.3.3.1**)

6.14. Não foi atendida a meta 21.2, de atingir 5,8 no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental. A nota alcançada foi 4,8. (item **4.2.3.3.2**)

6.15. A iniciativa 21.a, de garantir a alfabetização de 95% dos estudantes da Rede Municipal de Ensino até o 2º ano do ensino fundamental, não foi atendida, com resultado de 92%, segundo dados de 2019. Os dados do exercício 2020 não foram fornecidos, pela impossibilidade de aferição em decorrência da Pandemia de COVID-19. (item **4.2.3.3.3**)

6.16. A Pandemia de COVID-19 além de prejudicar a realização da iniciativa 21.a, também impediu a realização da Prova e da Provinha São Paulo, o que terá impacto na realização da iniciativa 21.c, que trata do uso dos resultados das avaliações externas como subsídio ao planejamento pedagógico das unidades educacionais e das DREs, no exercício de 2021. (item **4.2.3.3.3**)

6.17. A Iniciativa 21.b, de garantir que 95% dos estudantes do ensino fundamental alcancem, no mínimo, o nível de proficiência básico na Prova Brasil, resultou em percentuais inferiores ao previsto, conforme dados de 2019. (item **4.2.3.3.4**)

6.18. Houve baixa participação dos alunos na Prova Diagnóstica (baseada no material "Trilhas de Aprendizagem"), realizada em novembro/dezembro de 2020. Não houve elaboração do relatório com as estimativas das proficiências da avaliação, tendo em vista que a SME não conseguiu relacionar os resultados da Prova Diagnóstica com as escalas da Prova São Paulo, que não foi realizada em 2020. (item **4.3**)

6.19. Quanto à recuperação de aprendizagem, foram mapeados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma Google Sala de Aula ou que não utilizaram o material “Trilhas de Aprendizagem”. Os resultados da avaliação diagnóstica realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP), bem como para todo o plano de ação da escola, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua. Porém, de acordo com a SME o agravamento da pandemia prejudicou o projeto de recuperação de férias, que ficou aquém de suas expectativas. (item **4.3**)

6.20. A Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda está em fase de planejamento para implantação de ferramentas de busca ativa escolar. (item **4.3**)

7. INFRINGÊNCIAS E PROPOSTAS DE DETERMINAÇÕES/ RECOMENDAÇÕES

Infringências

Não foram constatadas infringências no exercício 2020.

Propostas de Determinações

Não há novas propostas de determinações relativas ao exercício de 2020.

Propostas de Recomendações

7.1. Que SME aperfeiçoe os controles internos e processos de fiscalização dos centros de Educação Infantil da rede parceira visto que a rede parceira possui quase cinco vezes mais alunos que a rede direta. (item **4.2.4.2.3**) (SME)

7.2. Uma vez que a universalização do ensino fundamental foi atingida no Município, conforme preconizava parte da meta 6 do PME, já se pode buscar o atingimento da outra parte da meta: garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos educandos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do plano. (item **4.2.5**) (SME)

7.3. Que o Município, por intermédio da SME, busque parceria com outros entes e secretarias para o desenvolvimento de ações de busca ativa das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que estão fora do sistema de ensino. (item **4.2.5**) (SME)

7.4. Que SME investigue as causas do aumento das taxas de distorção idade/série no ensino fundamental, que vem sofrendo aumento desde 2016 a fim de mitigar esse problema. (item **4.2.5**) (SME)

7.5. Que SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizam TEG como parâmetro para o indicador compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. (item **4.2.5**) (SME)

8. DETERMINAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nº da Det.	Acordão	Tema	Órgao	Reiterada desde
Situação: ATENDIDA				
513	Realizar o acompanhamento constante da aprendizagem, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, utilizando não apenas as avaliações internas, mas também as avaliações externas (especialmente do INEP: SAEB, Provinha Brasil, ANA, Censo Escolar etc.). O acompanhamento da aprendizagem pela SME deve levar em conta os diversos fatores que a influenciam, tanto internos a escolas como de contexto familiar e social, de modo a identificar gargalos e possibilitar a implementação de políticas públicas direcionadas.	Educação	SME	2018
A Auditoria (TC 005886/2021) verificou o atendimento da Iniciativa 21.c, do Plano de Metas: Promover o uso dos resultados das avaliações externas - Prova e Provinha São Paulo, Avaliação Semestral (Ensino Fundamental Regular), Avaliação Semestral (Educação de Jovens e Adultos) e Simulado ENEM - como subsídio ao planejamento pedagógico das unidades educacionais e das DREs. Desta forma, considera-se a determinação atendida.				

517	O cumprimento do acordo judicial celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e Organizações Não-Governamentais de Defesa à Educação, nos autos da Ação Civil Pública, em 2018, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, adotando-se medidas efetivas a fim de equalizar o número de alunos e a insuficiência de vagas.	Educação	SME	2018
Conforme apurado pela auditoria (TC 006421/2021), a demanda reprimida na Educação infantil caiu de 9.785 para 669 (649 creche e 20 pré-escola), no período 2019-2020. Desta forma, considera-se a determinação atendida.				

Nº da Det.	Acordão	Tema	Órgao	Reiterada desde
Situação: NÃO ATENDIDA				
86	Garantir a aquisição e distribuição dos kits de uniforme e material escolar em tempo para o início do ano letivo.	Educação	SME	2014
Em manifestação, a Secretaria informou que “a SME mudou a forma de adquirir e distribuir os uniformes e materiais, tendo em vista os programas instituídos pela lei. Esses programas têm como objetivo disponibilizar um crédito aos estudantes, que por meio dos seus responsáveis, poderão ir até lojas credenciadas com a PMSP e adquirir os uniformes e materiais. O pagamento ocorrerá por meio de aplicativo”. Em análise no TC 001706/2021, sobre o acompanhamento de edital de fornecimento de uniformes, a auditoria concluiu (Relatório Conclusivo à peça 35) que o Edital de Credenciamento SME/COAD/DIAL – Numel nº 01/2020 não reúne condições de prosseguimento tendo em vista irregularidades como ausência de aferição da capacidade mínima por credenciado, ausência de previsão de procedimento objetivo para aferição da qualidade dos uniformes fornecidos e ausência de exigência prévia para aferição da capacidade técnica dos credenciados. Também não restou claro no edital como a SME vai atingir o número de uniformes necessários para o atendimento de todos os alunos que compõem a rede. Na Análise (TC 000263/2021) do Edital de credenciamento de material escolar (Edital de Credenciamento SME/COSERV/DIAL – NUMEL nº 007/2020) a auditoria também concluiu (peça 41) que não reunia condições de prosseguimento por apresentar irregularidades. Porém, após providências da Origem, a Auditoria concluiu				

(peça 68) que todas as irregularidades apontadas poderiam ser consideradas superadas. Por outro lado, em consulta aos processos SEI nº 6016.2020/0011876-4 (uniforme) e SEI nº 6016.2020/0104386-5 (material escolar), além de processos relacionados, constatamos que os fornecimentos ainda não foram concluídos, motivo pelo qual a auditoria considera que a determinação não foi atendida.

88	Fiscalizar os serviços de merenda escolar, garantindo o atendimento dos requisitos e obrigações definidos.	Educação	SME	2014
A SME afirma que não foi possível atender completamente a determinação. Acompanhamos a manifestação da CGM no sentido de que o cumprimento do contido na determinação não foi comprovado. Ademais, cabe observar que, com a interrupção das aulas presenciais no início de 2020, também foi suspensa a merenda escolar, dificultando a implementação da determinação.				

163	Promover a implantação de sistemas de aferição continuada de imagem da prestação dos serviços de Educação e de medição da satisfação dos usuários, com mecanismo de registro informatizado das críticas e sugestões, com mapeamento das incidências.	Educação	SME	2010
Acompanhamos a manifestação da CGM, considerando que foram instituídos instrumentos de avaliação, mas ainda não foram apresentados resultados. Portanto, considera-se a determinação ainda não atendida.				

175	Estabelecer procedimentos de análise da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar.	Educação	SME	2011
A SME informa que a determinação ainda não foi atendida completamente. Acompanhamos a manifestação da CGM no sentido de que a inserção dos dados carece de melhorias, inclusive pelo desenvolvimento do Sistema SIGPAE. Cabe mencionar, também, que a restrição das aulas presenciais em função da pandemia dificultou a implementação da determinação. Desta forma, considera-se a determinação não atendida.				

306	Apurar o custo de cada tipo de gestão da merenda com o objetivo de embasar a escolha da forma de atendimento adotada.	Educação	SME	2015
A contratação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria para estudo de aprimoramento dos tipos de gestão do Programa de Alimentação Escolar (PAE) no âmbito do município de São Paulo, com a Fundação Instituto de Administração – FIA, resultou na elaboração de onze relatórios, desde o primeiro relatório, de diagnóstico das atuais formas de merenda, passando por análises de mercado e fornecedor, até o último relatório, de plano de implantação dos modelos propostos e avaliação da capacitação. No entanto, acompanhamos a manifestação da CGM no sentido de que, apesar dos estudos apresentados, não ficou evidenciada a aplicabilidade dos resultados alçados, considerando que os estudos foram submetidos à ciência e análise das altas instâncias da SME, mas não foram apresentadas as decisões tomadas sobre os estudos. Desta forma, considera-se a determinação não atendida.				

486	Realizar o levantamento do percentual de crianças fora do sistema de ensino, especialmente no Ensino Fundamental, crie mecanismos efetivos de busca ativa por essas crianças e estabeleça políticas para inclusão desses alunos no sistema de ensino.	Educação	SME	2017
A SME não apresentou o atual percentual ou a quantidade de crianças fora do sistema de ensino. A evolução do índice de alunos por turma, do período 2010 a 2019, disponibilizada pela Secretaria, também não fornece informações sobre o percentual de crianças fora do sistema de ensino. Também não há dados que comprovem que houve evolução no processo de inclusão dessas crianças. Desta forma, considera-se a determinação não atendida.				

490	Realização de pesquisas rotineiras de mercado, a fim de obter segurança acerca dos valores de locação dos imóveis,	Despesas com Aluguel	SME	2017

	que, por vezes, são superiores ao de mercado e podem acarretar prejuízos ao erário			
Acompanhamos a manifestação da CGM no sentido de que, apesar de ter sido realizada a contratação da SP Parcerias, ainda não foram apresentados dados sobre os resultados alcançados. Desta forma, considera-se a determinação não atendida.				

514	Divulgar os resultados das avaliações de aprendizagem, de modo a possibilitar o acompanhamento social, bem como a realização de análises por pesquisadores e organizações especializadas.	Educação	SME	2018
A SME considera a determinação em atendimento, com destaque para o tratamento dos dados que devem ser apresentados globalmente, sem expor informações individuais dos alunos. Acompanhamos a manifestação da CGM no sentido de que as ações ainda estão em fase de desenvolvimento. Desta forma, consideramos a determinação não atendida.				

515	Implementar políticas que diminuam o absenteísmo de professores.	Educação	SME	2018
A SME considera que a determinação está em atendimento. A Secretaria mencionou a criação de grupos de trabalho, com apresentação de relatórios e propostas, além da implementação de programas específicos para cuidados com a saúde dos professores. No entanto, falta a apresentação de dados concretos sobre índices de absenteísmo e o impacto das ações realizadas. Desta forma, considera-se a determinação não atendida.				

516	Manter um quadro docente suficiente para garantir que todos os alunos tenham todas as disciplinas planejadas e ministradas por professores com formação adequada.	Educação	SME	2018
A SME considera que a determinação ainda está em atendimento. Acompanhamos a manifestação da CGM no sentido de que as ações ainda estão em andamento. Desta forma, considera-se a determinação não atendida.				

518	A adesão ao conteúdo do acervo de informações, constatações e recomendações (concentrado nos autos do processo TC/006923/2018), traduzido em diagnóstico e soluções, resultado das visitas in loco a 13 Diretorias Regionais de Ensino (DREs).	Educação	SME	2018
Acompanhamos a manifestação da CGM no sentido de que ainda há constatações com medidas em fase de implementação. Desta forma, considera-se a determinação não atendida.				

520	A Escola de Contas, a Coordenadoria II, a Assessoria Jurídica de Controle Externo, os Gabinetes de Conselheiros afetos à questão e os técnicos e dirigentes da SME debatam a questão conjuntamente e formulem novos paradigmas de avaliação dos custos, tendo como foco principal a aprendizagem dos nossos alunos.	Educação	TCMSP	2018
Determinação não atendida.				

592	Realize acompanhamento da aprendizagem dos alunos, com especial atenção às ações de combate à evasão e de busca ativa de alunos, bem como acerca da efetividade dos meios utilizados para oferta de ensino, especialmente considerando a disponibilização de tablets para os alunos e de notebooks aos professores, fazendo a verificação das ofertas de conteúdos para ensino online.	Educação	TCMSP	2019

Está em andamento auditoria no TC 001475/2021 cujo escopo inclui: "Verificar os resultados alcançados na Prova Diagnóstica aplicada na Rede Municipal de Ensino em novembro/dezembro de 2020, as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para a recuperação de aprendizagem em 2021 e a existência de mecanismos de busca ativa aos alunos." Por ora, consideramos a determinação não atendida.

593	Realize acompanhamento das ações de avaliações diagnósticas das aprendizagens e das condições socioemocionais dos alunos e medidas decorrentes.	Educação	TCMSP	2019
Está em andamento auditoria no TC 001475/2021 cujo escopo inclui: "Verificar os resultados alcançados na Prova Diagnóstica aplicada na Rede Municipal de Ensino em novembro/dezembro de 2020, as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para a recuperação de aprendizagem em 2021 e a existência de mecanismos de busca ativa aos alunos." Por ora, consideramos a determinação não atendida.				

594	Realize análises que incluam avaliação mais detalhada dos diferentes tipos de projeto oferecidos pelas escolas de modo a buscar estabelecer uma relação de correlação ou de causalidade com o desempenho dos alunos em avaliação de aprendizagem.	Educação	TCMSP	2019
Diante da ausência de manifestação da Origem, não é possível posicionar-se acerca do atendimento desta determinação.				

595	Realize análises que incluam avaliação mais detalhada das formas de utilização dos resultados das avaliações de aprendizagem por parte das escolas de modo a identificar se há ou não influência nos resultados alcançados	Educação	TCMSP	2019
Diante da ausência de manifestação da Origem, não é possível posicionar-se acerca do atendimento desta determinação.				

Em 13.07.2021

FÁBIO OLIVEIRA SANTOS
Agente de Fiscalização

MARCIO YOSHIO KAWABATA
Supervisor de Equipes de Fiscalização e Controle 3

De acordo:

ALINE BERGER CERESINO
Coordenadora Chefe de Fiscalização e Controle II

De acordo:

LÍVIO MÁRIO FORNAZIERI
Subsecretário de Fiscalização e Controle

Processos apensados: TC 005886/2021 e TC 006421/2021

II – RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA – RELATOR

Processo:	**TC/008452/2021** (Apensados: TC/005886/2021 e TC/006421/2021)
Interessados:	Bruno Caetano Raimundo, Prefeitura do Município de São Paulo e Secretaria Municipal de Educação
Objeto:	Função de Governo – Educação – Exercício 2020

Relatório

Cuidam os autos de Auditoria voltada à avaliação da Função de Governo Educação em 2020, TC/008452/2021 (acompanham TC/005886/2021 e TC/006421/2021). No Relatório de Auditoria (peça 32), a Subsecretaria de Fiscalização e Controle apresentou diversos aspectos que envolvem a gestão da Educação no Município de São Paulo. Considerando o impacto da pandemia da COVID-19 na educação, a suspensão das aulas presenciais no ano de 2020, a necessidade de avaliação do ensino remoto ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, e a necessidade de análise da avaliação diagnóstica, esta Relatoria retornou o processo à Subsecretaria de Fiscalização e Controle (peça 34) para que o Relatório de Função fosse complementado (peça 36).

Passo a destacar os aspectos mais relevantes do Relatório de Auditoria.

De acordo com o Relatório, a rede municipal de ensino de São Paulo (RME-SP) atende a cerca de 1 milhão de alunos nas suas 4 mil escolas, contando com 61,2 mil profissionais do magistério, atuando, principalmente, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

A Auditoria aponta que o orçamento para a Função Educação previu despesas no valor de R$ 13,4 bilhões para 2020, sendo que foram liquidados R$ 10,5 bilhões, 77,9% da LOA aprovada.

Quadro 2 – Despesas de 2020 — Em R$ milhões

Programa	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
3010 - Desenvolvimento e manutenção da educação	12.050	11.167	10.684	9.672	80,3%
Outros	1.365	1.682	1.535	779	57,1%
Total	**13.415**	**12.849**	**12.219**	**10.451**	**77,9%**

Fonte: Relatório de Auditoria, TC/ 008452/2021

Os programas de governo com maior aplicação de recursos na Função Educação foram: 3010 - Desenvolvimento e manutenção da educação, com R$ 10,7 bilhões empenhados e 3025 - Apoio ao aluno, com R$ 1,4 bilhão empenhado, representando 89,5% dos recursos empenhados na Função Educação, conforme a Área Técnica.

Quadro 3 - LOA 2020 – Programa 3010 – Projetos/Atividades — Em R$ milhões

Projeto/atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
Remuneração dos Profissionais do Magistério	**4.667**	**5.073**	**4.985**	**4.722**	**101,2%**
2856 - Centro de Educação Infantil (CEI)	984	1.075	1.075	1.014	103,1%
2857 - Ensino Fundamental	2.255	2.530	2.530	2.400	106,4%
2858 - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	1.379	1.416	1.335	1.266	91,8%
2877 - Centro Municipal de Educação Infantil(CEMEI)	49	52	45	42	85,6%
Manutenção e Operação de Unidades Escolares	**6.299**	**5.016**	**4.921**	**4.285**	**68,0%**
2828 - Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)	2.795	2.462	2.403	2.080	74,4%
2826 - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	1.437	1.093	1.065	945	65,8%
4362 - Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	845	636	635	556	65,8%
4360 - Centros de Educação Infantil (CEI)	546	378	376	326	59,7%
4364 - Centros Educacionais Unificados (CEU)	394	281	279	231	58,6%
Outras Unidades Educacionais	281	165	162	146	52,1%
Construção de Unidades Educacionais	**235**	**236**	**202**	**191**	**81,0%**
3363 - Centros Educacionais Unificados (CEU)	133	163	158	150	113,2%
3359 - Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	72	58	28	27	37,9%
Outros	30	16	16	13	42,2%
Outros Projetos/Atividades	**849**	**842**	**576**	**475**	**55,9%**
Total	**12.050**	**11.167**	**10.684**	**9.672**	**80,3%**

Fonte: Relatório de Auditoria, TC/ 008452/2021

O Relatório destaca que a execução relativa à manutenção e operação de unidades educacionais foi de 68,0% do orçado e que a execução relativa à construção de unidades educacionais, atingiu 81,0% do orçado inicialmente. Conforme informado por SME, em 2020 foram construídas 20 unidades educacionais, sendo 12 CEUs, 5 CEIs, 2 CEMEIs e uma EMEF, sendo que um CEI foi construído em forma de contrapartida municipal.

Ademais, os projetos/atividades do programa 3025 – Apoio ao aluno tiveram uma execução geral de 58,6%.

Quadro 4 - LOA 2020 – Programa 3025 – Projetos/Atividades — Em R$ milhões

Projeto/Atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
6553 - Alimentação Escolar	653	805	716	535	81,9%
2850 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	141	86	85	78	55,4%
2873 - Leve-Leite	74	73	73	52	70,9%
2849 - Transporte Escolar - Educação Infantil	82	50	49	46	55,5%
2801 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/ FNDE	133	133	77	19	14,4%
2848 - Transporte Escolar - Educação Especial	33	21	20	19	56,9%
2816 – Forn. de Uniformes e Material Escolar-Ensino Fundamental	82	237	237	2	2,9%
2815 – Forn. de Uniformes e Material Escolar-Educação Infantil	70	140	140	1	1,5%
2390 - Leve Leite fase II	16	0	0	0	0,0%
Total	**1.285**	**1.543**	**1.397**	**753**	**58,6%**

Fonte: Relatório de Auditoria, TC/ 008452/2021

O Relatório informa que em 2020 foram liquidados R$ 535 milhões (85,1% do planejado no PPA) no Programa de Alimentação Escolar (PAE), com um total de 229 toneladas de pães e bolos entregues, 4,4 mil toneladas de alimentos não perecíveis e 11,4 mil toneladas de FLVO.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2020, obteve recursos repassados pelo FNDE no total de R$ 142,8 milhões, conforme a Auditoria. Pela primeira vez desde que foi implantado em 2010, o PNAE cumpriu a aplicação mínima dos 30% dos recursos na agricultura familiar. Para 2020, o valor empenhado de R$ 64,4 milhões correspondeu a 45% do total de recursos recebidos.

Segundo a Subsecretaria de Fiscalização e Controle, em 2020 foram adquiridos e entregues 437 mil kits de material escolar. Não houve aquisição ou fornecimento de uniformes.

O Relatório consigna que para o biênio de 2019-2020, houve reformulação do Programa de Metas 2017-2020, inserindo a Educação encontra-se no eixo “Proteger as pessoas” e contando com 6 metas, dispostas dentro de 4 objetivos estratégicos. Estas metas possuem 14 iniciativas. Em 2020, estavam cumpridas a meta 14.3 - Ampliar 35.157 vagas em creche; a Iniciativa 14.e - Ampliar o número de matrículas em creches, garantindo a qualidade do atendimento; a Iniciativa 14.f - Implementar o Currículo da Cidade: Educação Infantil, desenvolvendo programa de formação continuada para os Supervisores Escolares, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos e Docentes; a Iniciativa 14.g - Ampliar o programa Minha Biblioteca para a Educação Infantil; a Iniciativa 14.i - Implementar a fase II

do programa Leve Leite; a Iniciativa 21.c - Promover o uso dos resultados das avaliações externas - Prova e Provinha São Paulo, Avaliação Semestral (Ensino Fundamental Regular), Avaliação Semestral (Educação de Jovens e Adultos) e Simulado ENEM - como subsídio ao planejamento pedagógico das unidades educacionais e das DREs; a Iniciativa 21.d – Implementar o Currículo da Cidade de São Paulo – Ensino Fundamental; a Iniciativa 21.e - Desenvolver e implementar programas e ações para garantia de acesso e permanência na educação básica; a Iniciativa 21.f - Ampliar o número de estudantes em educação integral em tempo integral nas EMEFs; a Iniciativa 21.g - Implantar remuneração variável vinculada ao desempenho dos alunos; Meta 22.1 - Reformar ou reequipar 1.150 unidades escolares e a Iniciativa 22.a - Reformar e/ou reequipar 1.150 unidades escolares; a Meta 22.5 - Implementar internet de alta velocidade em 100% das unidades escolares e Iniciativa 22.b - Ampliar acesso a internet de alta velocidade nas unidades escolares; e a Meta 23.1 Entregar 12 CEUs e a Iniciativa 23.a - Entregar 12 novos CEUs.

No entanto, restavam pendentes a Meta 21.1 Atingir 6,5 no IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental; a Meta 21.2 - Atingir 5,8 no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental; a Iniciativa 21.a - Garantir a alfabetização de 95% dos estudantes da Rede Municipal de Ensino até o 2º ano do Ensino Fundamental; e a Iniciativa 21.b - Garantir que 95% dos estudantes do Ensino Fundamental alcancem, no mínimo, o nível de proficiência básico na Prova Brasil.

A Auditoria destaca que a Prova e a Provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de Covid-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais. De maneira não substitutiva, segundo a Secretaria, foi realizada em 2020 uma avaliação diagnóstica, denominada Prova Diagnóstica São Paulo, totalmente digital, com o intuito de avaliar o aprendizado dos estudantes durante o período de isolamento social. As equipes pedagógicas e os técnicos do Núcleo Técnico de Avaliação (NTA) da SME informaram que, por fatores adversos, não haveria a aplicação da Prova Diagnóstica aos estudantes dos 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, de modo que a avaliação foi aplicada exclusivamente aos alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio e aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Subsecretaria de Fiscalização e Controle destaca que a SME não relacionou os

resultados dessa avaliação com as escalas da Prova São Paulo devido à ocorrência de diversos fatores, como a instabilidade no sistema e, principalmente, a baixa participação dos alunos, que prejudicou a análise estatística pela SME. A média de participação de toda a Rede Municipal de Ensino na Prova Diagnóstica foi de 42,9%.

As avaliações foram baseadas nos dois volumes do material "Trilhas de Aprendizagem", com itens calibrados na escala da Prova São Paulo, sendo 32 itens de cada área do conhecimento para cada ano (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Geografia e História). Não foi incluído nenhum questionário de fator socioemocional.

Em inspeção para analisar a Prova Diagnóstica, recuperação de aprendizagem e mecanismos de busca ativa aos alunos, TC 001475/2021, a Auditoria constatou:

Prova diagnóstica:

a) A média de participação de toda Rede Municipal de Ensino (RME) na Prova Diagnóstica foi de 42,9%. As Diretorias Regionais de Educação (DREs) registraram participação entre 33,0% e 48,5%.

b) Em todas as DREs houve escolas cujos alunos não realizaram a avaliação.

c) A orientação da SME para os gestores escolares foi que usassem os dados da Prova Diagnóstica para a tomada de decisões referente ao planejamento do ano letivo de 2021, em especial para os alunos que são público-alvo dos projetos de recuperação paralela.

d) Não houve elaboração do relatório com as estimativas das proficiências da prova, tendo em vista que a SME não conseguiu relacionar os resultados da Prova Diagnóstica com as escalas da Prova São Paulo (não realizada em 2020).

Recuperação de aprendizagem:

e) Durante o período de isolamento social, os professores do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP) foram orientados a manterem sua atuação centrada nos estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem, já diagnosticados como público-alvo do projeto, bem como aqueles alunos que apresentaram dificuldades no decorrer do tempo. Foram mapeados estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma Google Sala de Aula ou que não utilizaram o material "Trilhas de Aprendizagem". Os resultados da avaliação diagnóstica

realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do PAP, bem como para todo o plano de ação da escola, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua.

f) Dos 10.979 estudantes inscritos para as aulas do projeto de recuperação de férias em janeiro de 2021, compareceram, em média, 1.407 alunos por dia. A Secretaria Municipal de Educação (SME) avalia que os resultados do projeto ficaram aquém das suas expectativas, ponderando que, com o agravamento da pandemia, muitas famílias recuaram do propósito de enviar os alunos à escola.

Busca ativa:

g) A Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda não aderiu à plataforma de Busca Ativa Escolar, ferramenta tecnológica desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM. A Secretaria ainda está em um processo de negociação com outras Pastas (Saúde e Assistência Social e Desenvolvimento Social) para que isso aconteça.

h) Foram mapeados os estudantes com condicionantes para "vulnerabilidade educacional": retidos por falta em 2019; acompanhados pelo NAAPA em 2019/2020; em situação de acolhimento institucional; com defasagem idade/ano superior a um ano; e grávidas ou puérperas, totalizando 7.102 estudantes a serem acompanhados em 2021.

i) Em casos específicos (faltas recorrentes; ausência de acesso aos recursos pedagógicos por parte de estudantes, cujas famílias optarem pelo ensino à distância; indícios de situação de violência; ou falecimento de responsável ou provedor do estudante), a atuação do NAAPA se dá de forma preventiva, mas também de maneira interventiva, atuando junto ao estudante para conhecer suas demandas singulares.

j) Outra estratégia de busca ativa que está sendo planejada pela SME visa contemplar as crianças da Educação Infantil (4 e 5 anos), a fim de atender as ações previstas pela Lei Municipal nº 16.710/17, que estabelece princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas públicas para a primeira infância, bem como os princípios e diretrizes para a elaboração do Plano para a primeira Infância no Município de São Paulo.

k) Considerando o conceito de busca ativa expresso na meta 2.5 do Plano Nacional de Educação (promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude), conclui-se que SME não realiza nenhum procedimento de busca ativa para crianças e adolescentes que deveriam estar matriculados nos ensinos fundamental e médio.

Ou seja, em síntese, concluiu que:

Houve baixa participação dos alunos na Prova Diagnóstica (baseada no material "Trilhas de Aprendizagem"), realizada em novembro/dezembro de 2020, e não houve elaboração do relatório com as estimativas das proficiências da avaliação, tendo em vista que a SME não conseguiu relacionar os resultados da Prova Diagnóstica com as escalas da Prova São Paulo (que não foi realizada em 2020).

Quanto à recuperação de aprendizagem, foram mapeados estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma Google Sala de Aula ou que não utilizaram o material "Trilhas de Aprendizagem". Os resultados da avaliação diagnóstica realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do PAP, bem como para todo o plano de ação da escola, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua. Porém, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SME) o agravamento da pandemia prejudicou o projeto de recuperação de férias, que ficou aquém de suas expectativas.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda está em fase de planejamento para implantação de ferramentas de busca ativa escolar.

A Área Técnica assinala que, em dezembro de 2020, a Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade de São Paulo contava com 4.003 unidades de ensino, sendo 38,3% da rede direta e 61,7% da rede parceira.

Quadro 14 – Unidades de Ensino da RME de São Paulo[r]

Modalidade de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Educação Infantil	**2.525**	**2.600**	**2.770**	**2.890**	**3.046**	**3.116**
Rede Direta	**919**	**919**	**928**	**935**	**939**	**955**
CEI Direta	362	362	362	362	362	362
EMEI e CEMEI	550	551	560	567	572	588
CECI	3	3	3	3	3	3
CCI/CIPS	4	3	3	3	2	2
Rede Parceira	**1.606**	**1.681**	**1.842**	**1.955**	**2.107**	**2.161**
CEI Indireta **(Parceria)**	365	354	376	375	380	380
Creches **(Parceria)**	1.241	1.327	1.466	1.580	1.727	1.781
Ensino Fundamental	**546**	**546**	**547**	**547**	**547**	**548**
EMEF	546	546	547	547	547	546
Ensino Médio	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**
EMEFM	8	8	8	8	8	8
Educação de Jovens e Adultos	**385**	**348**	**382**	**336**	**337**	**327**
CIEJA	16	16	16	16	16	16
MOVA **(Parceria)**	366	330	364	318	319	309
CMCT	3	2	2	2	2	2

Fonte: Relatório de Auditoria, TC/ 008452/2021

Na Educação Infantil, em 2020 houve aumento de 70 unidades (+2,30%) em relação ao fim de 2019, quase todas da rede parceira, sendo 16 da direta (EMEIs e CEMEIs), conforme o Relatório.

A Auditoria aponta que a demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015, excetuada a demanda de pré-escola, que teve aumento de 2018 para 2019. De acordo com os dados enviados pela SME, em 2020 foram criadas mais de 37 mil vagas em creches, o que ocasionou a queda verificada na tabela 2 na demanda não atendida para essa etapa.

Quadro 15 - Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP.

Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Creche	75.194	65.040	44.092	19.697	9.670	649
Pré-Escola	3.595	1.269	143	69	115	20
Total	**78.789**	**66.309**	**44.235**	**19.766**	**9.785**	**669**

Fonte: Relatório de Auditoria, TC/ 008452/2021

A Subsecretaria de Fiscalização e Controle registra que a demanda reprimida na Pré-Escola da RME-SP era de 20 vagas no fim de 2020, não sendo atendida integralmente a garantia prevista na Lei Federal nº 9.394/96 e na Constituição Federal.

A Área Técnica assinala ainda que a SME possuía, em dezembro de 2020, 1.089.011 alunos matriculados em sua rede de ensino, sendo 56,15% na Educação Infantil e 38,34% no Ensino Fundamental, correspondendo juntos a 94,48% das matrículas da RME. Em relação a

2019, houve aumento de 2.221 matrículas no Ensino Fundamental (+0,53%) e aumento de 37.228 matrículas na Educação Infantil (+6,48%), sendo 19.269 na rede parceira e 17.959 na rede direta.

Quadro 17 – Número de matrículas por modalidade de ensino na RME-SP.

Modalidade de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Educação Infantil	**465.298**	**499.228**	**529.635**	**552.812**	**574.226**	**611.454**
Rede Direta	**254.748**	**265.462**	**271.001**	**270.931**	**272.179**	**290.138**
Creche	56.500	57.181	57.519	57.661	56.767	62.990
Pré-escola	198.248	208.281	213.482	213.270	215.412	227.148
Rede Parceira	**210.550**	**233.766**	**258.634**	**281.881**	**302.047**	**321.316**
Creche (Parceria)	204.285	226.998	252.757	276.898	293.724	312.570
Pré-escola (Parceria)	6.265	6.768	5.877	4.983	8.323	8.746
Ensino Fundamental	**415.410**	**414.639**	**406.350**	**423.183**	**415.272**	**417.493**
EMEF	415.410	414.639	406.350	423.183	415.272	417.493
Ensino Médio	**3.123**	**3.220**	**3.351**	**2.623**	**2.395**	**2.419**
EMEFM	3.123	3.220	3.351	2.623	2.395	2.419
Educação de Jovens e Adultos	**53.148**	**54.449**	**53.771**	**50.591**	**50.896**	**55.008**
EJA/CIEJA	40.816	41.217	40.196	37.668	37.434	43.719
MOVA (Parceria)	11.899	11.872	12.125	11.335	11.714	9.788
Educação Profissional	433	1360	1.450	1.588	1.748	1.501
Educação Especial	**2.762**	**2.792**	**2.527**	**2.574**	**2.685**	**2.637**
EMEE	846	869	692	679	730	791
EMEE (Parceria)	1.916	1.923	1.835	1.895	1.955	1.846
Total	**939.741**	**974.328**	**992.283**	**1.031.783**	**1.045.474**	**1.089.011**

Fonte: Relatório de Auditoria, TC/ 008452/2021

De acordo com o Relatório, houve aumento no número de servidores de 2019 para 2020 (passou de 76.025 para 76.122) ocasionado principalmente pelo aumento no número de docentes contratados, que saltou de 487 em 2019 para 1.611 em 2020 (230,8% a mais). O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018, enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período: desde 2018 tem-se 2.372 docentes efetivos a menos. Tal dado causa preocupação uma vez que outras auditorias9 já alertaram para a falta de professores como um problema que leva os alunos da Rede Municipal a não terem garantido o seu direito à aprendizagem.

Quanto aos cargos de apoio à educação, de 2019 para 2020, houve queda de 1,25% (passou de 13.245 para 13.081). A diminuição nos cargos de apoio à educação pode ser observada em todos os anos desde 2015 (-2.887 cargos) e, embora existam cargos de provimento em comissão com extinção na vacância10, o cargo de Auxiliar

Técnico de Educação, que desempenha funções de inspetoria e secretaria, vem sofrendo queda desde 2017, o que pode comprometer o bom funcionamento das unidades.

A Auditoria registra que a SME não apresentou dados de 2020 dos indicadores relativos à Educação Básica estabelecidos na Lei Municipal nº 14.173/2006, o que prejudicou a análise do exercício. Ressalte-se que, com isso, resultados de indicadores importantes, que poderiam refletir a influência da Pandemia da COVID-19 no ano de 2020, não foram analisados, como por exemplo, nível de evasão escolar, nível de alfabetização na faixa etária, nível de repetência dos alunos e, principalmente, desempenho apurado no Sistema de Avaliação dos Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Considerando o aumento de recursos e a elevação do número de alunos no período, a Área Técnica aponta que o custo aluno/ano vem aumentando anualmente, e sofreu uma elevação de 1,1% em 2020, 0,9%, culminando em R$ 12.420/ano ao final de 2020 ou R$ 1.035/mês. Analisando-se toda a série histórica, percebe-se uma relativa estabilidade no valor do custo aluno no período analisado.

Apesar do aumento dos valores gastos na Função Educação observado nos últimos anos, as avaliações de desempenho demonstram que os alunos da rede municipal ainda não apresentam nível adequado de aprendizado, inclusive no ciclo de alfabetização.

Quadro 19 - Função Educação - Fases da despesa e custo aluno 2016 a 2020 — Em R$

Fases	2016	2017	2018	2019	2020	Δ% 2020/ 2019
Dotação inicial	11.096.151.037	11.065.727.661	11.840.367.016	12.853.546.654	14.062.385.980	9,4%
Dotação atualizada	11.145.733.415	11.282.373.343	12.099.644.166	13.305.739.188	14.171.753.335	6,5%
Empenhado	10.242.868.169	10.734.523.995	11.911.989.937	12.843.007.817	13.525.795.951	5,3%
Liquidado	9.890.627.469	10.272.414.314	11.050.324.922	11.884.393.530	11.001.959.654	-7,4%
Pago	9.865.022.267	10.233.882.249	10.986.335.929	11.831.975.943	10.943.509.486	-7,5%
Nº de alunos	974.328	992.283	1.031.783	1.045.474	1.089.011	4,2%
Custo aluno	**11.563**	**11.635**	**12.053**	**12.284**	**12.420**	**1,1%**

Fonte: Relatório de Auditoria, TC/ 008452/2021

Feitas todas essas considerações, a Auditoria concluiu que:

"6.1. Em dezembro de 2020, a Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade de São Paulo contava com 4.003 unidades de ensino (eram 3.994 em

2019), sendo 38,3% da rede direta e 61,7% da rede parceira. Isso representa acréscimo de 1,5% na quantidade de unidades escolares. (item 4.2.4.2.1)

6.2. Na Educação Infantil, houve aumento de 70 unidades escolares (+2,30%) em relação ao fim de 2019, quase todas da rede parceira, sendo 16 da direta (EMEIS e CEMEIS). Houve o aumento de uma unidade de Ensino Fundamental e não houve alteração na quantidade de estabelecimentos de Ensino Médio de 2019 para 2020. (item 4.2.4.2.1)

6.3. A demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015, excetuada a demanda de pré-escola, que teve aumento de 2018 para 2019, mas voltou a cair em 2020. Em 2020 foram criadas mais de 37 mil vagas em creches, o que ocasionou a queda na demanda não atendida de 9.670 em 2019 para 649 em 2020 (menor nível da série histórica). (item 4.2.4.2.2)

6.4. A demanda reprimida na Pré-Escola da RME-SP atingiu seu menor nível no final de 2020, com déficit de 20 vagas. Embora baixo, ainda não permite concluir que está sendo atendida integralmente a garantia prevista na Lei Federal nº 9.394/96 e na Constituição Federal. (item 4.2.4.2.2)

6.5. A SME possuía, em dezembro de 2020, 1.089.011 alunos matriculados em sua rede de ensino (eram 1.045.474 em 2019), sendo 56,15% na Educação Infantil e 38,34% no Ensino Fundamental, correspondendo juntos a 94,48% das matrículas da RME. Isso indica que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental estão sendo priorizados no âmbito municipal, em consonância com os dispositivos da Constituição Federal e da LDB. (item 4.2.4.2.3)

6.6. Em 2020, houve aumento de 2.221 matrículas no Ensino Fundamental (+0,53%) em relação a 2019, e aumento de 37.228 matrículas na Educação Infantil (+6,48%), sendo 19.269 na rede parceira e 17.959 na rede direta. A variação segue tendência existente desde 2015, com aumento de alunos na Educação Infantil, especialmente na rede parceira, e um discreto

aumento nas matrículas de Ensino Fundamental. (item 4.2.4.2.3)

6.7. As matrículas em creche aumentaram substancialmente em 2020 em relação a 2015 (114.775 novas matrículas realizadas, ou seja, incremento de 40,01%), sendo o crescimento da rede parceira 17 vezes maior do que na rede direta nesse período. Com relação a 2019, o incremento em 2020 foi de 25.069 novas matrículas (+6,68%). (item 4.2.4.2.3)

6.8. Houve pequeno aumento no número de servidores de 2019 para 2020 (passou de 76.025 para 76.122) ocasionado principalmente pelo aumento no número de docentes contratados, que saltou de 487 em 2019 para 1.611 em 2020 (230,8% a mais). O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018 enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período. (item 4.2.4.2.4)

6.9. Quanto aos cargos de apoio à educação, de 2019 para 2020, houve queda de 1,25% (passou de 13.245 para 13.081). A diminuição nos cargos de apoio à educação pode ser observada em todos os anos desde 2015 (redução de 2.887 cargos no período). (item 4.2.4.2.4)

6.10. A Prova e a Provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de Covid-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais. De maneira não substitutiva, foi realizada em 2020 uma avaliação diagnóstica, denominada Prova Diagnóstica São Paulo, totalmente digital, com o intuito de avaliar o aprendizado dos estudantes durante o período de isolamento social. Porém, os resultados da Prova Diagnóstica realizada em 2020 não permitem correlação com os dados de desempenho disponíveis de anos anteriores, prejudicando a análise do indicador do "Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo". (item 4.2.4.1.1)

6.11. Pode-se inferir que o advento da Pandemia da COVID-19 não afetou significativamente a curva de evolução do número de escolas, de demanda reprimida, ou de matrículas, uma vez que as restrições ao

funcionamento das escolas foram anunciadas apenas em meados de março, portanto após o início do ano letivo. (item 4.2.6)

6.12. A SME não apresentou dados de 2020 dos indicadores relativos à Educação Básica estabelecidos na Lei Municipal nº 14.173/2006, o que prejudicou a análise do exercício. Ressalte-se que, com isso, resultados de indicadores importantes, que poderiam refletir a influência da Pandemia da COVID-19 no ano de 2020, não foram analisados, como por exemplo: (I) nível de evasão escolar, (II) nível de alfabetização na faixa etária, (III) nível de repetência dos alunos e, principalmente, (IV) desempenho apurado no Sistema de Avaliação dos Alunos da Rede Municipal de Ensino. (item 4.2.5)

6.13. Não foi atendida a meta 21.1, de atingir 6,5 no IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A nota alcançada foi 6,0. (item 4.2.3.3.1)

6.14. Não foi atendida a meta 21.2, de atingir 5,8 no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental. A nota alcançada foi 4,8. (item 4.2.3.3.2)

6.15. A iniciativa 21.a, de garantir a alfabetização de 95% dos estudantes da Rede Municipal de Ensino até o 2º ano do Ensino Fundamental, não foi atendida, com resultado de 92%, segundo dados de 2019. Os dados do exercício 2020 não foram fornecidos, pela impossibilidade de aferição em decorrência da Pandemia de COVID-19. (item 4.2.3.3.3)

6.16. A Pandemia de COVID-19 além de prejudicar a realização da iniciativa 21.a, também impediu a realização da Prova e da Provinha São Paulo, o que terá impacto na realização da iniciativa 21.c, que trata do uso dos resultados das avaliações externas como subsídio ao planejamento pedagógico das unidades educacionais e das DREs, no exercício de 2021. (item 4.2.3.3.3)

6.17. A Iniciativa 21.b, de garantir que 95% dos estudantes do Ensino Fundamental alcancem, no mínimo, o nível de proficiência básico na Prova Brasil, resultou em percentuais inferiores ao previsto, conforme dados de 2019. (item 4.2.3.3.4)

6.18. Houve baixa participação dos alunos na Prova Diagnóstica (baseada no material "Trilhas de Aprendizagem"), realizada em novembro/dezembro de 2020. Não houve elaboração do relatório com as estimativas das proficiências da avaliação, tendo em vista que a SME não conseguiu relacionar os resultados da Prova Diagnóstica com as escalas da Prova São Paulo, que não foi realizada em 2020. (item 4.3)

6.19. Quanto à recuperação de aprendizagem, foram mapeados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma Google Sala de Aula ou que não utilizaram o material "Trilhas de Aprendizagem". Os resultados da avaliação diagnóstica realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP), bem como para todo o plano de ação da escola, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua. Porém, de acordo com a SME o agravamento da pandemia prejudicou o projeto de recuperação de férias, que ficou aquém de suas expectativas. (item 4.3)

6.20. A Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda está em fase de planejamento para implantação de ferramentas de busca ativa escolar. (item 4.3)"

A Auditoria também propôs as seguintes Recomendações:

"7.1. Que SME aperfeiçoe os controles internos e processos de fiscalização dos centros de Educação Infantil da rede parceira visto que a rede parceira possui quase cinco vezes mais alunos que a rede direta. (item 4.2.4.2.3) (SME)

7.2. Uma vez que a universalização do Ensino Fundamental foi atingida no Município, conforme preconizava parte da meta 6 do PME, já se pode buscar o atingimento da outra parte da meta: garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos educandos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do plano. (item 4.2.5) (SME)

7.3. Que o Município, por intermédio da SME, busque parceria com outros entes e secretarias para o desenvolvimento de ações de busca ativa das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que estão fora do sistema de ensino. (item 4.2.5) (SME)

7.4. Que SME investigue as causas do aumento das taxas de distorção idade/série no Ensino Fundamental, que vem sofrendo aumento desde 2016 a fim de mitigar esse problema. (item 4.2.5) (SME)

7.5. Que SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizam TEG como parâmetro para o indicador compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. (item 4.2.5) (SME)"

De acordo com o Relatório, foram cumpridas apenas duas Determinações relativas à Função Educação, dentre as exaradas em exercícios anteriores, conforme dados consolidados no Sistema Diálogo.

Instados a se manifestar sobre o relatório da Auditoria (peça 38), O Secretário de Educação à época e a Secretaria Municipal de Educação apresentaram manifestações a respeito dos apontamentos da Auditoria (peças 47, 54, 55, 63, 66 e 67). Dos esclarecimentos prestados, destacam-se:

O senhor Bruno Caetano Raimundo sublinha a atipicidade do exercício de 2020, em razão da pandemia do novo coronavírus, que ocasionou o fechamento de todas as unidades escolares municipais em março do referido ano, por determinação expressa das autoridades de saúde.

O então Secretário entende que o exercício de 2020 talvez tenha sido o mais desafiador para os servidores municipais de educação e que as ações da secretaria foram estruturadas de modo a perseguir os seguintes objetivos: 1) planejamento, implementação e promoção do ensino à distância; 2) garantia da segurança alimentar dos mais de um milhão de alunos; 3) preparação das unidades escolares para retorno seguro, elaboração e implementação de protocolos sanitários; 4) reorganização administrativa e orçamentária,

com revisão de contratos e itens consumíveis.

A SME destaca o esforço da Pasta nas ações que asseguram o acesso nas diferentes modalidades de ensino, em especial à Educação Infantil (item 6.3), que se evidenciam nos dados e informações alcançadas pelo TCM.

Salienta, ainda, o aumento da quantidade de matrículas das unidades de Educação Infantil, com entregas de unidades diretas em prédios municipais e a manutenção da política de parcerias com as organizações da sociedade civil.

A Secretaria informa que o número de docentes efetivos tem diminuído em razão de vacâncias decorrentes de aposentadoria, exoneração/demissão, acesso e falecimentos e que, visando o provimento efetivo dos cargos docentes, foi solicitada autorização para abertura de concursos públicos para provimento de cargos de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (SEI 6016.2019/0053380-8) e de Professor de Ensino Fundamental II e Médio (SEI 6016.2018/0074047-0), bem como foi solicitada autorização para nomeação de candidatos aprovados no concurso público para provimentos dos cargos de professor de Educação Infantil, no período de setembro de 2019 a agosto de 2021.

A Origem informa ainda que, durante o ano de 2020, devido à situação de emergência causada pela pandemia e os desafios apresentados, a SME optou pela realização da Avaliação Diagnóstica, de modo on-line, aos estudantes do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, que atingiu aproximadamente 50% do público avaliado, reiterando que para essa avaliação os estudantes poderiam agendar e utilizar os recursos disponíveis na unidade educacional.

A SME informa ainda que está desenvolvendo o Sistema de Gestão de Parcerias, ferramenta de melhoria do acompanhamento e fiscalização das parcerias para administração de Centro de Educação Infantil, que permitirá padronização e celeridade de procedimentos e cruzamentos de informações das parcerias.

A Pasta alega que está mobilizando esforços em ações que visam a garantia da permanência dos alunos e das aprendizagens dos estudantes, quais sejam:

- investimento na formação de professores do ciclo de alfabetização e ampliação do programa de estagiários parceiros da aprendizagem, para garantir que 97% das crianças

estejam alfabetizadas até o final do 2º ano, conforme Programa de Metas 2021-2014;

- Ações relacionadas à ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, na perspectiva de atendimento em tempo integral, como o Programa São Paulo Integral e a extensão de jornadas nos Centros para Crianças e Adolescentes (CCA), em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), na perspectiva da garantia de que 98% dos estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade adequada;

- Adesão à Plataforma Busca Ativa Escolar, organizada pela Unicef e Undime, envolvendo a SME, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a SMADS. Por meio da plataforma, afirma que será possível realizar o acompanhamento/monitoramento dos estudantes e planejar ações específicas para que eles retornem à escola.

Quanto ao aumento da distorção idade/série, argumenta que as principais causas serão investigadas, de modo a favorecer o trabalho com o monitoramento desse grupo de estudantes e que há, ainda, previsão de organização de um observatório da criança e do adolescente, que analisará essas questões.

Informa que a SME aderiu ao Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – "POT-Busca Ativa", possibilitando que a Pasta compreenda as dificuldades que impedem a criança ou o adolescente de retomar as atividades escolares presenciais.

Argumenta que o POT-Busca Ativa envolve a inserção social e produtiva de 70 mulheres/mães de estudantes da rede municipal, em situação de vulnerabilidade social, para realização de atividades voltadas à busca ativa escolar, sendo que essas beneficiárias, intituladas de agentes de abordagem social, atuam em regiões preestabelecidas, considerando o território das 13 DREs.

Considerando as informações prestadas pela Origem, este Relator encaminhou o feito para a SFC para análise do acrescido (peça 68), tendo sido mantidas todas as conclusões apresentadas (peça 70). Regularmente oficiada (peça 71), a Procuradoria da Fazenda Municipal opinou pelo conhecimento e registro (peça 73).

É o Relatório.

Voto

Trago à apreciação deste Egrégio Plenário Auditoria voltada à avaliação da Função de Governo Educação em 2020, TC/008452/2021 (acompanham TC/005886/2021 e TC/006421/2021).

Ressalto que a presente análise se refere ao ano de 2020 e, portanto, abrange período em que teve início a pandemia do coronavírus, que culminou com a suspensão abrupta das aulas presenciais, demandando uma rápida adaptação ao ensino remoto, cujas dificuldades, eu entendo, causaram consequências profundas, ainda sem mensuração, para a Educação. Esse cenário demanda uma atuação estruturada e direcionada do poder público para recuperação das aprendizagens, recuperação do vínculo dos alunos e dos profissionais com a escola e minimização dos efeitos prejudiciais desse período no futuro escolar e profissional desses alunos, exigindo uma atuação ativa, moderna e inovadora por parte do Controle Externo exercido por este Tribunal. Por esse motivo, esta Relatoria tem mantido contato constante com a Secretaria Municipal de Educação e com a Subsecretaria de Fiscalização e Controle no intuito de desenvolver trabalhos que respondam a essa demanda.

No Relatório de Auditoria, a Subsecretaria de Fiscalização e Controle apresentou diversos aspectos que envolvem a gestão da Educação no Município de São Paulo. Considerando o impacto da pandemia da COVID-19 na Educação, esta Relatoria retornou o processo à Subsecretaria de Fiscalização e Controle para que o Relatório de Função fosse complementado. Passo a destacar as informações mais relevantes do Relatório.

O orçamento para a Função Educação previu despesas no valor de R$ 13,4 bilhões para 2020, sendo que foram liquidados R$ 10,5 bilhões, 77,9% da LOA aprovada. Os programas de governo com maior aplicação de recursos foram: 3010 - Desenvolvimento e manutenção da educação, com R$ 10,7 bilhões empenhados e 3025 - Apoio ao aluno, com R$ 1,4 bilhão empenhado.

A rede municipal de ensino de São Paulo (RME-SP) atende a cerca de 1 milhão de alunos (sendo 56,15% na Educação Infantil e 38,34% no Ensino Fundamental) nas suas 4 mil escolas, contando com 61,2 mil profissionais do magistério.

Em 2020, houve aumento de 2.221 matrículas no Ensino Fundamental (+0,53%).

Cabe observar que a volta do aumento de matrículas no Ensino Fundamental pode já ser um dos efeitos da pandemia do coronavírus e da crise econômica, na Educação, tendo havido, ao que tudo indica, migração de alunos da Rede Privada para a Rede Pública. No entanto, é preciso ficar atento para que esse aumento não acabe escondendo os números de evasão escolar, especialmente dos alunos que já estavam matriculados na Rede Pública antes da pandemia e que provavelmente estão sendo mais fortemente atingidos pela situação econômica e social atual. Assim, são necessários trabalhos específicos, detalhados e aprofundados por parte da Auditoria de modo a avaliar a questão na rede municipal.

Houve também, em relação ao fim de 2019, aumento de 70 unidades (+2,30%) de Educação Infantil, a maioria da rede parceira, com aumento de 37.228 matrículas na Educação Infantil (+6,48%), sendo 19.269 na rede parceira e 17.959 na rede direta. A demanda não atendida na Educação Infantil tem caído desde 2015. No entanto, ao final de 2020 ainda havia 649 crianças aguardando vaga para a creche e 20 aguardando vaga para a Pré-Escola da Rede Municipal de Educação de São Paulo, em desacordo, com a Lei Federal nº 9.394/96 e com a Constituição Federal.

Ademais, vale ressaltar o aumento da participação dos convênios na Educação Infantil (tanto em número de escolas quanto de alunos atendidos), o que se traduz em gastos com pessoal terceirizado, implicando riscos fiscais em Despesas com Pessoal já apontados no Parecer das Contas do Prefeito, bem como ponto de risco para a própria gestão da Educação no município, na medida em que a administração pública passa a ser dependente desses convênios para atendimento da demanda.

Destaco também que houve aumento no número de docentes contratados, que saltou de 487 em 2019 para 1.611 em 2020 (230,8% a mais). O número de docentes contratados vem sofrendo aumento desde 2018, enquanto o número de docentes efetivos vem sofrendo queda no mesmo período: desde 2018 tem-se 2.372 docentes efetivos a menos. Tal dado causa preocupação uma vez que outras auditorias já alertaram para a falta de professores como um problema que leva os alunos da Rede Municipal a não terem garantido o seu direito à aprendizagem.

A Prova e a Provinha São Paulo não foram realizadas em 2020, em função da pandemia de Covid-19 e da consequente suspensão das aulas presenciais. Vale ressaltar, no

entanto, que os índices de aprendizado identificados antes da pandemia eram baixos e demandavam ações por parte da Secretaria. Oportuno frisar, portanto, a importância estratégica do acompanhamento dos efeitos da pandemia do coronavírus na Educação, partindo-se do pressuposto de que há perdas expressivas de aprendizagem a serem mensuradas e tratadas, com especial atenção à avaliação diagnóstica, censitária e individualizada por aluno, acerca da sua absorção de conhecimentos sem aulas presenciais e da sua vivência socioemocional incluindo possíveis traumas no período, com medidas de combate à evasão e de busca ativa de alunos, assim como verificando a efetividade dos novos meios utilizados para oferta de ensino, com destaque para o uso dos novos tablets pelos alunos e dos notebooks fornecidos aos professores.

De maneira não substitutiva, segundo a Secretaria, foi realizada em 2020 uma avaliação diagnóstica, denominada Prova Diagnóstica São Paulo, totalmente digital, com o intuito de avaliar o aprendizado dos estudantes durante o período de isolamento social. As equipes pedagógicas e os técnicos do Núcleo Técnico de Avaliação (NTA) da SME informaram que, por fatores adversos, não haveria a aplicação da Prova Diagnóstica aos estudantes dos 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, de modo que a avaliação foi aplicada exclusivamente aos alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio e aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A SME não relacionou os resultados dessa avaliação com as escalas da Prova São Paulo devido à ocorrência de diversos fatores, como a instabilidade no sistema e, principalmente, a baixa participação dos alunos, que prejudicou a análise estatística pela SME. A média de participação de toda a Rede Municipal de Ensino na Prova Diagnóstica foi de 42,9%.

As avaliações foram baseadas nos dois volumes do material "Trilhas de Aprendizagem", com itens calibrados na escala da Prova São Paulo, sendo 32 itens de cada área do conhecimento para cada ano (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Geografia e História). Vale ressaltar que não foi incluído nenhum questionário de fator socioemocional.

Destaco que em inspeção para analisar essa Prova Diagnóstica, bem como a recuperação de aprendizagem e mecanismos de busca ativa aos alunos, TC 001475/2021, foi

constatado que em todas as DREs houve escolas cujos alunos não realizaram a avaliação; os professores do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP) foram orientados a manterem sua atuação centrada nos estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem, já diagnosticados como público-alvo do projeto, bem como aqueles alunos que apresentaram dificuldades no decorrer do tempo; apenas 10.979 estudantes foram inscritos para as aulas do projeto de recuperação de férias em janeiro de 2021 e a própria Secretaria Municipal de Educação (SME) avalia que os resultados do projeto ficaram aquém das expectativas; a Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda não havia aderido, até aquele momento, à plataforma de Busca Ativa Escolar, ferramenta tecnológica desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM; outra estratégia de busca ativa que estava sendo planejada pela SME visando contemplar as crianças da Educação Infantil (4 e 5 anos); a SME não realizava, até aquele momento, nenhum procedimento de busca ativa para crianças e adolescentes que deveriam estar matriculados nos ensinos fundamental e médio.

Registro, portanto, que as ações da Secretaria Municipal de Educação mostravam-se insuficientes frente o grave momento enfrentado pela Educação.

Consigno ainda que a SME não apresentou dados de 2020 dos indicadores relativos à Educação Básica estabelecidos na Lei Municipal nº 14.173/2006, o que prejudicou a análise do exercício. Ressalte-se que, com isso, resultados de indicadores importantes, que poderiam refletir a influência da Pandemia da COVID-19 no ano de 2020, não foram analisados, como por exemplo, nível de evasão escolar, nível de alfabetização na faixa etária, e, principalmente, desempenho apurado no Sistema de Avaliação dos Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Ante os registros efetuados, considerando que a presente auditoria relativa ao exercício de 2020 da Função Educação cumpriu a sua finalidade, CONHEÇO e REGISTRO os resultados alcançados no processo em exame.

Acolho as propostas de Recomendações da Auditoria[12].

Reitero as Determinações de exercícios anteriores que se encontram pendentes de atendimento[13].

12
7.1. Que SME aperfeiçoe os controles internos e processos de fiscalização dos centros de Educação Infantil da rede parceira visto que a rede parceira possui quase cinco vezes mais alunos que a rede direta. (item 4.2.4.2.3) (SME)
7.2. Uma vez que a universalização do Ensino Fundamental foi atingida no Município, conforme preconizava parte da meta 6 do PME, já se pode buscar o atingimento da outra parte da meta: garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos educandos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do plano. (item 4.2.5) (SME)
7.3. Que o Município, por intermédio da SME, busque parceria com outros entes e secretarias para o desenvolvimento de ações de busca ativa das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que estão fora do sistema de ensino. (item 4.2.5) (SME)
7.4. Que SME investigue as causas do aumento das taxas de distorção idade/série no Ensino Fundamental, que vem sofrendo aumento desde 2016 a fim de mitigar esse problema. (item 4.2.5) (SME)
7.5. Que SME reavalie o uso dos dados de alunos que utilizam TEG como parâmetro para o indicador compatibilidade bairro/residência para que o mesmo possa refletir o mais fielmente possível o número real de crianças e adolescentes que não estudam próximo às suas residências. (item 4.2.5) (SME)

13
86 Garantir a aquisição e distribuição dos kits de uniforme e material escolar em tempo para o início do ano letivo.
88 Fiscalizar os serviços de merenda escolar, garantindo o atendimento dos requisitos e obrigações definidos.
163 Promover a implantação de sistemas de aferição continuada de imagem da prestação dos serviços de Educação e de medição da satisfação dos usuários, com mecanismo de registro informatizado das críticas e sugestões, com mapeamento das incidências.
175 Estabelecer procedimentos de análise da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar.
306 Apurar o custo de cada tipo de gestão da merenda com o objetivo de embasar a escolha da forma de atendimento adotada.
486 Realizar o levantamento do percentual de crianças fora do sistema de ensino, especialmente no Ensino Fundamental, crie mecanismos efetivos de busca ativa por essas crianças e estabeleça políticas para inclusão desses alunos no sistema de ensino.
490 Realização de pesquisas rotineiras de mercado, a fim de obter segurança acerca dos valores de locação dos imóveis, que, por vezes, são superiores ao de mercado e podem acarretar prejuízos ao erário.
514 Divulgar os resultados das avaliações de aprendizagem, de modo a possibilitar o acompanhamento social, bem como a realização de análises por pesquisadores e organizações especializadas.
515 Implementar políticas que diminuam o absenteísmo de professores.
516 Manter um quadro docente suficiente para garantir que todos os alunos tenham todas as disciplinas planejadas e ministradas por professores com formação adequada.
518 A adesão ao conteúdo do acervo de informações, constatações e recomendações (concentrado nos autos do processo TC/006923/2018), traduzido em diagnóstico e soluções, resultado das visitas in loco a 13 Diretorias Regionais de Ensino (DREs).
520 A Escola de Contas, a Coordenadoria II, a Assessoria Jurídica de Controle Externo, os Gabinetes de Conselheiros afetos à questão e os técnicos e dirigentes da SME debatam a questão conjuntamente e formulem novos paradigmas de avaliação dos custos, tendo como foco principal a aprendizagem dos nossos alunos.
592 Realize acompanhamento da aprendizagem dos alunos, com especial atenção às ações de combate à evasão e de busca ativa de alunos, bem como acerca da efetividade dos meios utilizados para oferta de ensino, especialmente considerando a disponibilização de tablets para os alunos e de notebooks aos professores, fazendo a verificação das ofertas de conteúdos para ensino online.

Determino à Secretaria Municipal de Educação que:

1- Cumpra imediatamente o determinado pela Lei Federal nº 9.394/96 em relação ao atendimento de pré-escola;

2- Apresente em 30 dias um diagnóstico sobre a evasão escolar, identificando se os alunos que estavam matriculados na Rede ao final de 2019 permanecem matriculados e se estão frequentando as aulas;

3- Apresente em 30 dias um plano de ação para busca ativa de alunos com ações específicas e adequadas à idade dos alunos e aos motivos que levaram à evasão;

4- Apresente em 30 dias um diagnóstico da aprendizagem de todos os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, incluindo aspectos socioemocionais;

5- Apresente em 30 dias um plano de recuperação e melhoria das aprendizagens de todos os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio adequado à faixa etária e às condições dos estudantes.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 01 de dezembro de 2021.

MAURÍCIO FARIA
Conselheiro

---

593 Realize acompanhamento das ações de avaliações diagnósticas das aprendizagens e das condições socioemocionais dos alunos e medidas decorrentes.
594 Realize análises que incluam avaliação mais detalhada dos diferentes tipos de projeto oferecidos pelas escolas de modo a buscar estabelecer uma relação de correlação ou de causalidade com o desempenho dos alunos em avaliação de aprendizagem.
595 Realize análises que incluam avaliação mais detalhada das formas de utilização dos resultados das avaliações de aprendizagem por parte das escolas de modo a identificar se há ou não influência nos resultados alcançados